



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1552/08	DATA: 18/11/2008
INÍCIO: 15h26min	TÉRMINO: 18h01min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 68	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO DERENNE – Ex-Subsecretário-Geral de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro abertos os trabalhos da 72ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Eu pediria um pouquinho de silêncio para que eu possa me ouvir.

Encontra-se sobre a bancada cópia da 71ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Gustavo Fruet solicita a dispensa.

Foi dispensa a leitura de ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Dr. Márcio Derenne, ex-Subsecretário-Geral de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e Delegado da Polícia Federal, e para deliberação de requerimentos.

Convido o Dr. Márcio Derenne a tomar assento à Mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computados nesse tempo o prazo para as respostas do depoente. Para atender as formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: *Sob a palavra de honra, promete dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.*

Para inquirir o depoente, farão as perguntas, em primeiro lugar, o Relator e depois os demais Deputados.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, qual é a questão de ordem ? Às suas ordens.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nós tivemos conhecimento, antes de iniciar o depoimento, de que V.Exa. já tem contato com a fita da reunião realizada na Polícia Federal, onde o Delegado Protógenes sugere a possibilidade de ter sido interceptado o órgão máximo da Justiça do nosso País, o Presidente Gilmar Mendes.

Portanto, eu queria saber, primeiro, se é real essa informação, se essa fita está em poder de V.Exa. E nós gostaríamos de solicitar que ela fosse ouvida pelo Plenário desta Comissão. Eu teria muito interesse em ouvir essa fita. Temos notícia e conhecimento pela imprensa de trechos dessa gravação, e nós teríamos muito interesse em ouvir essa gravação. A forma de ouvir a gravação, V.Exa. haverá de ser o juiz dessa oportunidade. Mas esse é um ponto.

Segundo ponto, Sr. Presidente: seria importante para nós, também, o requerimento de ouvida, a data de uma oitiva do Ministro Tarso Genro.

Eu entendo que a situação está se complicando cada vez mais. Fatos novos estão surgindo. A responsabilidade do Ministro Tarso Genro nesse processo é objetiva. Portanto, esta Comissão não pode furtar-se à possibilidade de ouvi-lo em depoimento. Portanto, eu gostaria que V.Exa., já aprovado o requerimento, também definisse a data da oitiva, do depoimento do Ministro Tarso Genro.

São as 2 questões que eu gostaria de levantar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, em caráter suplementar, se V.Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Gustavo Fruet com a palavra.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Também há hoje a informação de que o CNJ divulgou uma relação de escutas ilegais ocorridas em 2 meses. Há uma divergência entre a média apresentada com a média apresentada pelas operadoras. Não se trata de confronto e muito menos de tencionar essa relação, mas de uma



forma de colaboração, de tentar estabelecer uma comparação entre as 2 relações, apesar de serem anos diferentes. Um dos cenários pode ser a diminuição de escutas ilegais, já afirmado por V.Exa. Mas também há ainda falta de clareza com relação às informações enviadas, que estão sendo tabuladas pela CPI. Então, como forma de colaboração, um contato com o Conselho Nacional de Justiça, até para que cheguemos ao final da CPI com a confiança de que haverá um órgão com dados estatísticos confiáveis em relação ao número de escutas. Mesmo porque a CPI não teve acesso às ordens judiciais. Então, há que se separar o que é ordem judicial do número de escutas e do número de renovações dessas escutas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputados, eu queria dizer a V.Exas. o seguinte: em primeiro lugar, se o número fornecido pelo Ministro Dipp for verdadeiro, eu acho que a CPI, de alguma forma, já vem atingindo os seus objetivos; ou seja, demonstrou que havia uma banalização. Em função dessa banalização, houve uma conscientização e, por sua vez, ao que parece, uma redução. Mas eu não gosto de trabalhar em cima de hipóteses. Eu prefiro trabalhar em cima dos números. E, pelo que eu também soube, as informações do Ministro Dipp dizem respeito a 2 meses, o que não quer dizer absolutamente nada, comparado com 1 ano de interceptação, antes da existência da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, uma coisa são os dados de 2007, aos quais, infelizmente, nós não pudemos ter acesso na forma correta e devida, por interferência do próprio Poder Judiciário. Os dados que nós temos foram fornecidos pelas operadoras. E eu acho que caberia... Até peço ao Relator que encaminhe um requerimento pedindo a consolidação dos dados de 2008. Ou seja: encaminhar às operadoras, para que elas informem a esta CPI, na forma do formulário que foi encaminhado em 2007, as informações das interceptações de 2008.

No que diz respeito à questão levantada pelo Deputado Macris, de fato foi protocolado hoje, junto à CPI, um CD encaminhado pela Polícia Federal, que alega nos ter encaminhado esse CD porque já havia entregue ao Deputado Jungmann na terça-feira. Na condição de membro da Comissão de Segurança Pública, ele teve algumas reuniões na Polícia Federal, solicitou o encaminhamento desse CD dessa reunião. E, como eles encaminharam ao Deputado Jungmann, houveram por bem também encaminhá-lo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, razão pela qual a



mesma está com classificação de “reservada”. Eu vou pedir àqueles que desejam ouvir, porque, ao que parece, é longa — ouvi dizer que são em torno de 3 horas de escuta... A mesma estará à disposição dos membros da CPI para ouvi-la dentro da sala da Secretaria desta Comissão, a não ser que nós votemos também, mais uma vez, se alguém apresentar um requerimento, a desclassificação desse documento, que é um fato que nos remete a uma questão que nós também já estamos discutindo nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Queria comunicar apenas que vou fazê-lo, Sr. Presidente. Eu vejo que essa informação já é pública. Portanto, não há razão nenhuma para que esta Comissão tenha preocupação em divulgá-la. Portanto, eu estou apresentando requerimento para desclassificar o sigilo dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Concordo plenamente com V.Exa., Deputado Macris. Aliás, todos os fatos que esta CPI está procurando saber, e tem sido cerceada pelo Judiciário, já são fatos públicos, em função de vazamentos patrocinados pela Polícia, pelo Ministério Público e pelo próprio Judiciário.

Eu, antes de passar a palavra ao Dr. Derenne para suas palavras iniciais... Vou deixar que os requerimentos sejam votados posteriormente. Também faremos uma sessão deliberativa. Eu peço que se sentem com o Relator para estabelecer os depoimentos que deverão ser ouvidos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, se me permite, apenas sobre o Ministro Tarso Genro. Se V.Exa. pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou encaminhar a ele uma solicitação para que — como é convite, não foi uma convocação —, para que ele marque o dia para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dr. Derenne, muito prazer em recebê-lo aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Todo mundo conhece o trabalho de V.Sa. à frente do Departamento de Polícia Federal e na condição de Subsecretário que sempre procurou trabalhar com zelo no combate à criminalidade.

A razão da convocação de V.Sa., na condição de testemunha aqui, é porque a imprensa do Estado do Rio de Janeiro noticiou que V.Sa., no exercício de suas



funções, teria sido indevidamente interceptado. Razão pela qual o senhor teria chegado quase às vias de fato no gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, porque, ao que parece, teria sido uma gravação indevida, segundo informa a imprensa do Estado do Rio de Janeiro.

Então, com o objetivo de dirimir essas dúvidas, saber se esses fatos são verdadeiros, é que nós convocamos V.Sa. para estar presente aqui nesta Comissão, lembrando a V.Sa. que V.Sa. está compromissado em dizer a verdade, porque V.Sa. está aqui na condição de testemunha e não na condição de investigado.

Então, concedo a palavra a V.Sa. para, nos 20 minutos iniciais, fazer as suas considerações e se apresentar a esta Comissão para depois receber as inquirições por parte dos membros da CPI.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Deputado Presidente, meu colega da Polícia Federal, é um prazer estar aqui com V.Exa. e com V.Exas., Deputados. Na realidade eu recebi essa intimação, vindo aqui de vocês, com uma certa surpresa, inclusive. Eu encarei essa intimação, Dr. Itagiba, como uma *notitia criminis*, porque eu não tinha conhecimento de que eu havia sido interceptado ilegalmente. Então, a partir do momento em que eu recebi esse requerimento de CPI nº 210/08 e mais a intimação, aqui da Câmara dos Deputados, eu, como autoridade policial federal, vou acionar todos os órgãos competentes para que haja uma investigação em que se decifre se realmente eu fui interceptado ilegalmente ou não, Deputado. Eu não tive notícias de grampos ilegais. O que houve na Secretaria de Segurança, à época de minha saída, foram boatos de que haveria dossiês incluindo diversas autoridades, principalmente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, o que não foi confirmado por minha pessoa. Não tive acesso a dossiê. A minha atribuição na Secretaria de Segurança era uma atribuição eminentemente política e administrativa. A Subsecretaria de Inteligência não era de minha atribuição. Era ligada diretamente ao Secretário de Estado de Segurança. E o Secretário de Estado de Segurança, juntamente com o Dr. Edval Novaes, também Delegado Federal, que era o Subsecretário de Inteligência, é que tinha o domínio completo do Sistema Guardião, que foi implementado na Subsecretaria de Segurança. Então, realmente, quando eu recebo essa notícia aqui, eu conversei com o meu Superintendente no Rio de Janeiro e disse: *“Isso aqui é uma notitia criminis que a gente vai ter que apurar, seja em*



âmbito federal, seja em âmbito estadual". A CPI vem apurando esses fatos há algum tempo. Às vezes eu acompanho mais pela mídia, pela imprensa. Quando da minha saída, a imprensa noticiou que eu e o Secretário de Segurança tivemos diversos desentendimentos no Rio de Janeiro, e essa seria a causa da minha saída. A causa da minha saída são desentendimentos meus — ideológicos, morais, profissionais e administrativos — com o Secretário do Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Essa é a causa. Se houve dossiês ou se houve grampos ilegais, eu estou aqui na condição de testemunha, Deputado, mas, na realidade, eu estou aqui agora na condição de vítima, porque, em tese, eu fui grampeado ilegalmente. Então, é uma coisa que eu gostaria muito de ter conhecimento e que eu vou acionar todas as instâncias de autoridades no Rio de Janeiro e em âmbito federal para que seja instaurado o devido inquérito policial para apurar o que há sobre isso aqui. Então, o que eu tenho a expor aqui à CPI, aos nobres Deputados é exatamente isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos iniciar. Talvez seja importante V.Sa. explicar aos Deputados desta Comissão que o requerimento aprovado se deveu à matéria publicada inclusive na imprensa do Estado do Rio de Janeiro. Então, a primeira pergunta que talvez eu lhe fizesse seria: V.Sa. tomou conhecimento dessa notícia na imprensa, à época, ou não?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tomou conhecimento.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Tomei conhecimento pela imprensa, à época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - À época?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Na realidade, Deputado... Desculpa. Na realidade, no dia da minha exoneração eu tomei conhecimento dessa notícia. Eu fui contactado, via telefone, por uma repórter, que me deu essa notícia de que existiriam dossiês e grampos ilegais ocorrendo no âmbito da Secretaria de Segurança e no âmbito da polícia, no âmbito da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Enquanto Subsecretário-Geral de Segurança, a gente passa por aqueles boatos de que tudo está acontecendo. Mas, certificadamente, ter



conhecimento de que houve alguma ilegalidade... Eu não tive esse conhecimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas a minha pergunta... Então, quer dizer, o senhor tomou conhecimento, à época, dos fatos que a imprensa noticiou de que havia dossiês e de que havia escutas.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E V.Sa. diz que hoje, com a informação que lhe foi passada por esta Comissão, V.Sa. entende que isso é uma *notitia criminis*.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu pergunto: à época em que foi publicado, V.Sa. não levou isso em consideração também para solicitar uma instauração de inquérito e a apuração desses fatos?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, eu levei como uma matéria jornalística, onde não havia uma via verídica com relação àquilo. Tanto é que o meu pronunciamento à repórter que me telefonou — uma boa repórter, inclusive, conceituada no Estado do Rio de Janeiro — foi de que eu saía da Secretaria de Segurança por uma questão moral. Essa era a minha saída. Eu elogiei o plano de governo do Governador do Estado do Rio de Janeiro com relação à segurança pública, mas eu entendia que a condução desse plano... que, para atingir os fins do plano de segurança pública do Rio de Janeiro, não estavam sendo tomadas as medidas corretas e ideais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então... Só para retomar. Então, V.Sa. tomou conhecimento, mas naquela época não entendeu que aquilo tinha um grau de veracidade. Razão pela qual não adotou nenhuma medida. Mas, tendo em vista esta convocação, V.Sa. passará a adotar uma medida, que eu acho que é bastante pertinente e necessária.

Pergunto a V.Sa.: é verdade que houve uma discussão acirrada dentro do gabinete e que quase foram às vias de fato?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, senhor, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Entre que pessoas?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Entre o Subsecretário-Geral de Segurança e o Secretário de Estado de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E por que isso se deu? Quer dizer, apenas uma desavença de cunho, vamos dizer, de política levou a isso, ou em função desses rumores de que havia dossiês, de que havia escutas?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, apenas em funções técnicas de segurança pública, de planejamento estratégico para aplicação de um plano de segurança pública. Eu batia, desde o início, na tecla de que o Estado do Rio de Janeiro precisava de um plano de segurança pública e de um planejamento estratégico para aplicação desse plano. Esse plano não foi formulado, muito menos o planejamento estratégico para aplicação. A Segurança Pública, hoje, no Rio de Janeiro, presidida pelo Dr. José Mariano Beltrame, é tida como um sucesso no combate ao crime, por algumas partes da sociedade, inclusive por mim. Se vocês perguntarem, eu acho que a tendência é o enfrentamento. Mas um enfrentamento com inteligência, um enfrentamento sem que haja a quantidade de mortes que está havendo. Incomodava-me o número de mortes de civis e de inocentes no Estado do Rio de Janeiro. Incomodava o meu sono o número de mortes no Rio de Janeiro. Mas essa é a política adotada pelo Estado, e tem que ser a política adotada pelo Estado. Só que a gente tem que rever a forma como ela está sendo aplicada. É uma opinião técnica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para que nós possamos tomar conhecimento, como é que V.Sa., na condição de Delegado da Polícia Federal, lotado no Rio de Janeiro, foi parar na Secretaria de Segurança Pública?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Fui para a Secretaria de Segurança Pública a convite do Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas o Governador pegou uma relação de delegados da Polícia Federal e falou: "*Você vem trabalhar na Secretaria comigo*". Foi dessa forma? Como é que se deu esse encaminhamento para que V.Sa... Foi convite do Dr. Beltrame ao senhor? Ele é que foi convidado para ser Secretário e montou um time, levando o senhor para lá? Como é que se processou isso?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Na verdade, nós tínhamos... Efetivamente, o Dr. Beltrame era o chefe da Missão Suporte, que é a central que faz as interceptações telefônicas dentro da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. E a gente montou... Com o chamado Novo Governo, a gente montou um time para que a gente pudesse fazer um bom trabalho à frente da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, visando sempre à população e à valorização essencial tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, que foi outro ponto de discórdia entre o Subsecretário e o Secretário. Então, montou-se uma equipe para que a gente pudesse atender à demanda do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Dr. Beltrame foi convidado e convidou o senhor. É isso?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Eu posso dizer ao senhor que os dois foram convidados praticamente em conjunto, Deputado. Nós formamos uma equipe. O Governador nos recebeu e convidou a equipe, acreditando no nosso potencial e no nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quantos eram esses policiais federais que integram esse equipe?

O SR. MÁRCIO DERENNE - No início, assim que eu e o Secretário entramos no Governo de transição do Governo do Rio de Janeiro, nós montamos uma equipe formada por 2 delegados federais — nós dois. Havia mais o Subsecretário de Planejamento Operacional, Dr. Roberto Sá, Delegado Federal; Delegado Federal Dr. Edval Novaes, Subsecretário de Inteligência; Agente Federal Dr. Bráulio Lemos; Agente Federal Vaz de Mello; Agente Federal Egídio Mendes. Então, essa era a equipe de policiais federais que assumiram inicialmente no Rio de Janeiro. Alguns já saíram. Chegaram novos federais. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Podem parecer estranhas as perguntas, mas é que a grande maioria aqui não conhece como se desenvolve...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Embora eu saiba como as coisas funcionam, muitos aqui não sabem o funcionamento. Daí a importância disso.

Dessa equipe original que foi para a Secretaria, quantos já saíram?



O SR. MÁRCIO DERENNE - O Subsecretário-Geral, que sou eu; o Agente Bráulio Lemos, que saiu, se eu não me engano, no segundo ou no terceiro mês por divergências quanto à conduta adotada, por divergências quanto ao nosso plano de segurança pública; o Agente Federal Vaz de Mello, hoje lotado comigo na Superintendência do Rio de Janeiro. Saiu junto com o agente Bráulio. Houve mudanças dentro da Secretaria, onde um agente que era o chefe da contra-inteligência assumiu uma outra função dentro do gabinete do Secretário de Segurança, e houve a chegada de mais alguns delegados federais, como o escrivão Leão, que veio da SENASP e hoje é chefe de gabinete do Secretário de Segurança. Chegou mais um agente também, que veio da SENASP. Se eu não me engano, ele está na Subsecretaria de Inteligência. O Subsecretário de Inteligência, Dr. Edval Novaes, saiu da Subsecretaria de Inteligência e ocupa uma outra subsecretaria. Não me lembro do nome, Presidente, porque eles mudaram a formulação. A Subsecretaria-Geral, que o senhor ocupou e que eu ocupei, foi extinta e criaram-se outras 2 secretarias. Temos também o Agente Marcelo Montanha, que assessora diretamente o gabinete do Secretário de Segurança. Essa é a equipe da Polícia Federal que forma a cúpula da Secretaria de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aproveitando que o senhor está aqui, e hoje até saíram alguns dados importantes do trabalho que a Secretaria vem desenvolvendo, o senhor sabe dizer por que foi modificada a Presidência do ISP – Instituto de Segurança Pública?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não sei não, senhor. Não participei dessa mudança de presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. sabe dizer para nós quais são os equipamentos de interceptação que a Secretaria de Segurança Pública possui?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não era a minha área. Na realidade, eu visitei a Subsecretaria de Inteligência no máximo 3 vezes, em 1 ano e 7 meses em que eu estive no Governo. Não era realmente a minha área. Mas, por conta do Pan-Americano, a SENASP fez a doação de um aparelho Guardião para a Secretaria de Segurança Pública, que foi instalado na Subsecretaria de Inteligência, substituindo, se eu não me engano... Aqui eu tenho 2 Deputados que sabem melhor



do que. O que existia lá dentro era um Bedin, se eu não me engano, uma extensão para a Nextel. Alguma coisa nesse sentido funcionava lá dentro. Esse aparelho, então, teria sido desmobilizado para que o Guardião, nos moldes da Polícia Federal, atuasse na Subsecretaria de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a Polícia Federal também tem Bedin, não é? Ela não tem só Guardião. Em alguns lugares ela tem Bedin também.

O SR. MÁRCIO DERENNE - A Polícia Civil, se eu não me engano, também tem Bedin, Excelência. A Polícia Civil... O plano inicial, do qual eu participei, não como cabeça, mas participei da elaboração, seria a aquisição do Guardião. E com esse Guardião nós estenderíamos as PAs, os pontos de Guardião para todas as delegacias da Polícia Civil, para que as delegacias pudessem trabalhar. As delegacias trabalhando com ponto do Guardião, nós teríamos controle, sem ter acesso, por método de auditoria, a todos os aparelhos que estavam sendo grampeados. Então, o Guardião tem essa questão da auditoria, em que você pode saber quem acessou aquele número, como acessou. E aí você pode já elucidar alguns desvios de conduta de alguns servidores. Se eu não me engano, até eu sair da Secretaria de Segurança, houve alguma resistência por parte da Polícia Civil, de alguns delegados; outros delegados gostaram muito da idéia. E, hoje ainda, vou dizer que a maioria das delegacias de Polícia Civil funciona com o ponto do Guardião instalado, mas utilizando-se, na realidade, de um aparelho Multitrilha, que é um método mais simples de interceptação telefônica que a Polícia Civil já utilizava. E esse método aí a gente não tem. A Secretaria de Segurança não tem a forma de fazer uma auditoria e controle do que está acontecendo nessas interceptações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Diga-me uma coisa: foi V.Sa. ou qual foi o delegado que aproximou o juiz de Itaguaí da Secretaria para a realização das interceptações?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, eu não conheço o juiz de Itaguaí. Eu não... Eu não tenho nenhuma interceptação telefônica, seja na minha época da Polícia Federal, enquanto Inteligência, em assuntos internos, corregedoria, seja atualmente, na chefia da DELEARM e da DELEPAT, que eu estou acumulando na



Polícia Federal. Então, o contato feito com o juiz de Itaguaí, à época, foi feito pelo Dr. Edval Novaes, Subsecretário de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, então foi o Subsecretário de Inteligência que fez esse contato com ele? Quer dizer, as interceptações feitas pela área de inteligência da Polícia Federal... da Secretaria de Segurança Pública eram feitas pela área de inteligência e não pela área de V.Sa.?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não pela minha área. A minha área era administrativa e relacionamento político: atender a Deputados, saber as demandas da Câmara dos Deputados e analisar se era viável tecnicamente ou não implementar o que os Deputados necessitavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quer dizer... Então, pelo que eu entendi, quem cuidava desse relacionamento com o juiz de Itaguaí era o...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Dr. Edval Novaes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que hoje ainda é o Subsecretário de Inteligência?

O SR. MÁRCIO DERENNE - À época em que eu saí da Subsecretaria, pelos boatos de dossiês e outras coisas que a imprensa divulgou — e que eu, repito, não tive acesso e não tenho conhecimento de que existam —, o Subsecretário de Inteligência, Edval Novaes, foi reconduzido, foi relotado em uma outra subsecretaria que foi criada. A subsecretaria... Eu não sei o nome, Deputado. Mas outra subsecretaria criada, onde ele assumiu; assumindo atualmente a Subsecretaria de Inteligência um delegado da Polícia Civil, Dr. Rivaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma questão que não ficou clara para nós... Até o senhor poderia esclarecer para nós. Quer dizer, como nós também não ouvimos falar do dossiê... O que diziam esses dossiês? Esses dossiês eram referentes à sua pessoa ou a terceiros pessoas?

O SR. MÁRCIO DERENNE - De acordo com a reportagem do jornal *O Globo*, eram referentes à minha pessoa e a pessoas ligadas ao Governador do Estado e à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E V.Sa. sabe quais eram as imputações que estavam nesse dossiê?



O SR. MÁRCIO DERENNE - De forma alguma, Excelência. Nunca tive acesso e nunca soube efetivamente da existência do dossiê. A minha... a minha... Como o senhor já perguntou anteriormente se houve realmente um desentendimento entre mim e o Secretário... Dentro do gabinete dele, houve, sim, mas o desentendimento foi por questões ideológicas. Não houve nem citação a dossiê ou a escutas telefônicas ilegais nessa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então há uma incorreção por parte dessa matéria jornalística, que atribui... os fatos terem acontecidos em função disso, não é?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Relator para os seus questionamentos e depois aos demais Deputados para que tenham oportunidade. Depois eu me reservo a fazer umas outras perguntas ao final.

Com a palavra o Relator e autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, V.Exa., inclusive, já esgotou muito da matéria. Até porque, na condição de ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, conhece muito a estrutura daquela Secretaria, na condição de Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro e na condição de delegado de polícia.

Mas eu perguntaria ao Dr. Márcio Derenne qual foi o período em que ele esteve à frente da Subsecretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Desde o primeiro dia do Governo Sérgio Cabral, dia 1º de janeiro de 2007, até o dia 30 de julho de 2008, data em que eu pedi exoneração ao Governador do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Trinta de julho de 2008. V.Sa. foi quem fez a solicitação para...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Exoneração.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...para sair?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O motivo alegado por V.Sa., motivo de ordem...



O SR. MÁRCIO DERENNE - Pessoais, ideológicas, técnicas e administrativas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

Quais seriam as funções de V.Sa. como Subsecretário de Segurança Pública? Quais as atribuições?

O SR. MÁRCIO DERENNE - As atribuições eram meramente administrativas e de contato político. Os políticos faziam as indicações legislativas, encaminhavam à Casa Civil, a Casa Civil encaminhava à Secretaria de Segurança, e nós analisávamos a viabilidade técnica ou não, seja quanto à instalação de batalhões em cidades, seja quanto ao aumento de efetivos, seja quanto à renovação de viaturas em cidades do interior. Então, essa atribuição era minha, além de atribuições de ordens de pessoal, como férias de servidores, como viagens de servidores, autorização de viagens ao exterior. Então, a atribuição era mais interna realmente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E havia uma espécie de reunião de gabinete, onde as questões essenciais da Secretaria eram discutidas?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Raramente, mas houve.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Numa dessas reuniões foi tratada alguma informação acerca de interceptação de comunicações telefônicas?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não. Que eu me recorde, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nenhuma reunião?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Que eu me recorde, não. Na minha presença, não. Existiam reuniões onde estavam o Secretário, o Subsecretário de Inteligência e o Subsecretário de Integração Operacional. Esses eram os responsáveis, efetivamente, por tocar o projeto de segurança do Dr. José Mariano Beltrame, no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu ouvi no relato de V.Sa. que há informação de que existiu um plano de estender para todas as delegacias de polícia uma ramificação do aparelho do Guardião. Seria mais fácil fazer o monitoramento dessa atividade das delegacias. V.Sa. teve acesso a essa informação como?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Na Secretaria de Segurança, em reuniões nossas. Isso desde o início, com a chegada do Pan-Americano. A SENASP doou



para a gente o Guardião. É um Guardião com uma boa capacidade, com bastante PAs para a gente poder instalar os grampos. Então a gente teve essa idéia de instalar isso para toda a Polícia Civil. Seria um *upgrade* para a Polícia Civil, no que diz respeito aos grampos. Inclusive porque o Guardião — a Deputada aqui pode saber melhor do que eu —, o Guardião tem acesso aos rádios Nextel, enquanto que os Multitrilhas utilizados pelas delegacias e outros sistemas, como o próprio Bedin, que precisa de uma extensão, são mais difíceis de se grampear rádio Nextel. E hoje em dia, infelizmente, a criminalidade do Rio de Janeiro, os traficantes principalmente, se comunica por intermédio de rádio de comunicação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nextel.

O SR. MÁRCIO DERENNE - O nosso objetivo era turbinar a Polícia Civil para que ela pudesse funcionar com mais eficácia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na época dos Jogos Pan-Americanos, a SENASP utilizou também maleta de interceptação de comunicações telefônicas. Alguma dessas maletas foram herdadas pela Secretaria de Segurança Pública?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque V.Sa. afirmou aí que a Secretaria disponibilizou o Guardião.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso. Eu não tenho conhecimento nem de que tenham sido disponibilizadas as maletas, nem se as maletas disponibilizadas teriam ficado a cargo da Secretaria de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. participou, na época do planejamento, da operação da segurança do Pan-Americano?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na gestão de V.Sa., V.Sa. não participou de nenhuma discussão em relação à implantação do sistema de interceptação de comunicações telefônicas na Secretaria?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, com relação ao Sistema Guardião, que seria estendido para as Delegacias de Polícia Civil. Dessa, sim, eu participei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Polícia Militar do Estado também tem esse sistema?



O SR. MÁRCIO DERENNE - A Polícia Militar não tem atribuição para fazer interceptação telefônica. Somente a Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nem a 2ª Seção?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Nem a 2ª Seção, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a 2ª Seção, quando precisa investigar, faz como?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Informações humanas, como a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A 2ª Seção não faz interceptação telefônica?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, interceptação...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não tem nenhum tipo de aparelho?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, que seja do meu conhecimento, não faz.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não faz interceptação telefônica?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não faz. Inclusive, ilegalmente... É ilegal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Algumas 2ªs Seções dispõem desses equipamentos e defendem que estão fazendo trabalho de Polícia Judiciária na investigação interna e por isso poderiam ter esse tipo de equipamento. Essa é uma matéria que nós estamos debatendo aqui na...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Eu não tenho conhecimento, Excelência. Sobre isso eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No período em que V.Sa. esteve à frente da Subsecretaria de Segurança Pública do Estado, tomou conhecimento de alguma denúncia de comunicação telefônica que tenha sido interceptada clandestinamente?

O SR. MÁRCIO DERENNE - O que existe no meio policial, na realidade, Excelência, são muitos boatos. As pessoas dizem que existe o grampo ilegal. As pessoas, hoje, vivem numa síndrome do pânico de interceptação telefônica. Existem, inclusive, pessoas, autoridades que dizem que, se não estiverem no grampo, é porque elas não estão com poder. Não é verdade? Então, boatos sobre



interceptação telefônica legais e ilegais existiam o dia inteiro dentro da Secretaria de Segurança. Agora, nós nunca chegamos a um local onde a gente constatasse uma interceptação ilegal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E, no caso, essa área é dentro da Subsecretaria de Inteligência e de Operações?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Subsecretaria de Inteligência, exatamente. A única área responsável por interceptação telefônica na Secretaria de Segurança é a Subsecretaria de Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que se reporta diretamente ao Secretário?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Diretamente ao Secretário.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E os delegados se reportam diretamente a essa Subsecretaria?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, deixe-me só esclarecer aqui um fato. À época da Subsecretaria-Geral do Presidente, Deputado Itagiba, a Subsecretaria-Geral era um órgão que geria as outras Subsecretarias. Com a nova formação da Subsecretaria-Geral, que eu assumi no Estado, a Subsecretaria-Geral era um órgão de assessoramento do Secretário. Ou seja, eu era o Subsecretário-Geral em nome, mas eu não tinha o comando sobre os outros Subsecretários. Então, eu participava, eu assessorava, mas não comandava as operações. Então, foi uma troca de atribuições que houve ali na Secretaria de Segurança.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E, nesse caso, na época em que V.Sa. pediu exoneração da Subsecretaria, circulou uma versão de que existiam dossiês elaborados contra membros da Secretaria de Segurança Pública. V.Sa. tem conhecimento desses dossiês?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor. Não tenho conhecimento desses dossiês.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas teve conhecimento desses boatos que surgiram?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Tive conhecimento desse boato por intermédio da mídia. Existia esse boato internamente. As pessoas diziam que existiam tanto



interceptações telefônicas ilegais quanto dossiês com dados da Receita Federal, quebra de sigilo bancário, enfim, dossiês completos sobre algumas pessoas. Eu não tive acesso a esses dossiês. Eu não tinha acesso... Como eu disse, eu fui 3 vezes à Subsecretaria de Inteligência. Não era a minha área de atuação nesse momento. Essa área de inteligência foi minha atuação na Polícia Federal e não no Estado do Rio de Janeiro. Então, eu não tive acesso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O gabinete do Secretário, alguma vez, avocou alguma investigação, no período em que V.Sa. esteve lá?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, eu não trabalhava com investigação. Eu trabalhava com procedimentos administrativos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas eu pergunto se V.Sa, como Subsecretário, teve informação de, eventualmente, o gabinete do Secretário ter avocado algum tipo de investigação que estivesse ocorrendo em alguma delegacia ou em algum departamento — natureza da gravidade, autoridades envolvidas...

O SR. MÁRCIO DERENNE - O tipo de avocação que existe na Secretaria de Segurança é quando existe uma investigação, como a investigação relativa a milícias no Estado do Rio de Janeiro, onde o Secretário avoca e entrega para a DRACO, que é a delegacia do crime organizado, que é a única delegacia vinculada ao gabinete do Secretário. Ela não pertence à estrutura da Polícia Civil. A DRACO é vinculada ao gabinete do Secretário. Então, essa, em tese, é a delegacia de confiança do Secretário. Então, algumas operações grandes que o Secretário entenda que tenha uma repercussão maior e que seja de maior dificuldade a elucidação, ele avoca e entrega para a DRACO, ou algumas operações são tocadas diretamente pela Subsecretaria de Inteligência. Aí ficaria a cargo do Dr. Edval Novaes, que era o Subsecretário de Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, quando era nesses casos, o Secretário avocava, encaminhava para a DRACO e a DRACO fazia as investigações e depois se reportava diretamente ao Secretário?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Exatamente. Mas a avocação, Excelência, se dá não em matéria de o fato ser mais dificultoso para uma delegacia ou outra apurar. Ela se dá em razão da matéria.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Da matéria ou da pessoa.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Porque você forma uma delegacia especializada para o crime organizado. Então, no Rio de Janeiro, você pode pegar todos os inquéritos policiais e jogar lá para dentro, porque no Rio de Janeiro o crime organizado atua em todas as áreas. Então, você pinça algumas maiores e deixa a cargo dessa delegacia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a que V.Sa. atribui as notícias que, na época, foram publicadas na imprensa, de que V.Sa. teria acusado de ter sido grampeado e que teria sido feito um dossiê contra V.Sa.?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, desculpe, eu não acusei, em momento algum, que eu tenha sido grampeado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A versão que foi publicada na imprensa foi esta: que V.Sa. teria denunciado que teria sido escutado, teria sido investigado, que tem um dossiê...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Eu não tenho conhecimento de que eu fui investigado. E, se eu fui investigado, eu espero que tenha sido uma investigação legal, com interceptações legais, quebras de sigilo legais. E até o momento, como os senhores podem ver, eu estou aqui diante dos senhores, e essa investigação, se existiu, não deu em nada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Derenne, eu queria que V.Sa. explicasse para esta Comissão Parlamentar de Inquérito como é que se dá a interceptação Multitrilha?

O SR. MÁRCIO DERENNE - O Multitrilha... Eu não sou um especialista em técnica de aparelhos de grampo, Excelência, mas o Multitrilha... Trata-se de um mero computador onde a operadora desvia as chamadas. Porque, na verdade, a interceptação telefônica não é feita pelo Guardião nem é feita... Existem diversas teorias de que o Guardião vai grampeando ao longo de quem vai ligando. Isso é mentira. Todas as interceptações telefônicas — as legais — são feitas pelas operadoras de telefonia. Então, a operadora de telefonia recebe a ordem do juiz e desvia a chamada. É como se fosse um ramal, Excelência. O senhor atende o seu telefone e, ao mesmo tempo, o Guardião ou o Multitrilha vai atender o telefone também. Só que o Guardião é um sistema muito mais sofisticado e moderno, onde



você tem itens lá dentro onde você insere toda a conversa que está acontecendo e você pode rastrear todas as ligações, para depois pedir ao juiz para que ele habilite mais interceptações em outros telefones suspeitos. O Multitrilha nada mais é do que um computador, que fica numa mesa pequena... Qualquer computador. A gente tem um *laptop* ali que pode ser um Multitrilha. É um computador onde as empresas de telefonia celular desviam a chamada telefônica, como se fosse um ramal telefônico, e o computador vai atender e vai gravar essa ligação. Isso é o Multitrilha.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Entre as divergências — que V.Sa. alega que teriam motivado a sua exoneração — com o atual Secretário de Segurança Pública, estaria alguma coisa relacionada à interceptação de comunicações telefônicas?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nunca V.Sa. tratou desse tema com o Secretário?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, muitas vezes, entendendo que o Guardiã tinha que ser disseminado para toda a Polícia Civil, para que a Polícia Civil tivesse um melhor desempenho e para que a Secretaria de Segurança tivesse um controle de auditoria sobre o que está acontecendo dentro da Polícia Civil. Porque, do jeito que estava antigamente, cada delegacia tinha um Multitrilha. Algumas até um Bedin, pode ser. Então, eles tinham acesso pleno e integral ao grampo. Eles pediam a interceptação telefônica ao juiz, e você não tinha como auditar aquilo, como saber o que estava acontecendo dentro daquela delegacia. O meu telefone, o meu telefone celular, que está aqui comigo, é o mesmo há mais de 10 anos. Para me grampear, não precisa de um Guardiã. É um telefone normal, não é um rádio Nextel. Então, qualquer delegacia dessas poderia fazer. Qualquer maleta dessa que o senhor disse que foi disponibilizada para a polícia poderia fazer uma interceptação do meu telefone, sem problema algum. Então, a minha intenção e as minhas conversas com o Secretário eram sempre no sentido de normatizar, assim como é normatizada na Polícia Federal a utilização dos pontos do Guardiã para interceptação telefônica. Na Polícia Federal — eu sou chefe de 2 delegacias especializadas hoje, acumulando —, o que acontece? Se eu preciso fazer uma operação e eu preciso botar na interceptação telefônica 10 suspeitos, eu tenho que



pedir à minha missão suporte, que é a dona do Guardiã, que ela me disponibilize as PAs para que eu possa funcionar. Existe um administrador dentro da missão suporte — que era presidida pelo Dr. Mariano, hoje Secretário de Segurança — que tem acesso a todos os acessos que eu faço nessa operação de interceptação telefônica. Então, isso gera uma maior segurança e um maior controle sobre o que está acontecendo. Esta é a realidade. O Guardiã tem isso de bom, que os outros aparelhos que ainda não chegaram nessa dimensão...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse sentido, o atual Secretário teria manifestado divergências com a implantação desse sistema?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, não manifestou divergência. Mas não manifestou postura de impor à Polícia Civil essa utilização do Guardiã. Ele não conseguiu que a Polícia Civil acatasse a decisão da cúpula de segurança para que isso acontecesse.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E essa resistência, V.Sa. atribui a quê?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Políticas internas da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a falta da implantação desse sistema... Na visão de V.Sa., isso implicaria não haver segurança de que essas interceptações estariam ocorrendo dentro dos ditames da lei?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, há possibilidade de comunicações ilegais, há possibilidade de comunicações sem controle?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Há possibilidade de interceptações ilegais nesses casos do Multitilha, Bedin e Guardiã. O próprio Guardiã é sujeito a isso. E os outros sistemas de interceptação resumem-se a que o delegado ou a autoridade responsável pelo grampo esconda do juiz aquele número que está grampeando. A interceptação, obrigatoriamente, tem que ter uma autorização judicial. A não ser interceptação pela maleta, que é um outro tipo. Mas essa, feita pelas delegacias da Polícia Civil, pela Subsecretaria de Inteligência, necessariamente necessitam de uma autorização judicial. Agora, os números que constam de uma autorização judicial é que devem ser conferidos e averiguados pelo juiz que concede autorização.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E não só isso, porque, se o equipamento não é passível de auditoria, você não tem como saber quem acessou...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...quem gravou, quem entrou naquele momento, quem escutou, quantas horas foram escutadas, qual o conteúdo interceptado para efeito de verificação, todos os outros procedimentos que seriam e são auditáveis no Guardião.

O SR. MÁRCIO DERENNE - A isso eu não tenho acesso...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E dá uma segurança maior na hora de fazer auditoria do controle do que foi realizado, do ponto de vista de uma autorização judicial.

No caso, as delegacias circunscricionais e as especializadas dispunham da maleta?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. não tem conhecimento da utilização desse equipamento?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não tenho conhecimento da utilização desse equipamento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente...

O SR. MÁRCIO DERENNE - E posso reafirmar a V.Sa. que eu nunca vi pessoalmente esse equipamento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas teve conhecimento de que esse equipamento pudesse ser utilizado?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Boatos de Secretaria de Segurança e de Polícia, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas boatos de que eram utilizados equipamentos desse tipo?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Boatos de que eram utilizados equipamentos desse tipo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Exa. já ouviu que, eventualmente, no sistema de segurança pública, se utilizaria desse equipamento para fazer interceptação?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Em conversas informais apenas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu me dou satisfeito por ora. Muito obrigado.

Obrigado, Sr. Márcio Derenne.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Sr. Relator.

Deputada Marina Maggessi com a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sr. Relator; boa tarde, doutor. Grata satisfação de ouvi-lo dizer que brigava contra o excessivo número de mortos nos confrontos. Tenho 20 anos de polícia. Trabalhei sempre com a mesma equipe e, realmente, a gente prezou o tempo todo por não entrar em confronto, até por conta da vida da gente e dos nossos agentes, porque a vida de um não vale a notícia do jornal. Eu acho isso.

Mas a culpa nem acho que tenha sido do Governo. Eu acho que a própria sociedade do Rio de Janeiro teve um retrocesso muito grande, porque você via uma operação com 19 mortos, com 1.800 policiais, em uma comunidade ser destaque, ao invés de uma operação de inteligência na Rocinha, que acaba prendendo o Joca, que acaba pegando refinaria de cocaína, enfim, e que fica minimizada porque não tem uma troca de tiro.

As minhas dúvidas são as seguintes. Primeiro, eu queria dizer ao senhor o seguinte: a Polícia Civil não tem Guardião, não tem Bedin. Inclusive eu empenhei 1 milhão de emendas para a Polícia Civil. Já estava fechada com o Ministério da Justiça para pagar, e a Polícia Civil morre de medo do Secretário. Morre de medo de receber esse dinheiro e de comprar um Guardião. Não entendo porquê. O dinheiro está lá. Eu até mandei o Dr. Zaqueu conversar com o Secretário, porque aí eu dou para a Secretaria de Segurança. Desde o ano passado isso. Tem mais de 1 ano que eu tento liberar essa verba para a Polícia Civil do Rio de Janeiro e não consigo.

Então, eu não sei a política interna, não sei quais são esses delegados. Eu sei que houve muitos boatos, não é? Eu sou da Polícia Civil e a gente sabe como é a rádio corredor; a maioria é mentira. Mas a história que havia na época era que todos os delegados de especializadas estavam no grampo, estavam sendo monitorados — não pelo senhor, mas pela inteligência da Secretaria de Segurança. Isso causou um mal-estar tremendo e alguns delegados falavam isso assim,



abertamente, que estavam grampeados, enfim. O Dr. Gilberto, eu fui conversar com ele sobre isso. Porque, como o senhor falou, se quiser me grampear também não estou nem aí. Pode ser ilegal, pode ser legal, o mesmo número de telefone que eu tenho, 9983, lá atrás. Eu nunca mudei o meu celular.

Agora, eu queria entender mais ou menos o seguinte: esses desentendimentos de que o senhor falou, o senhor falou que foram administrativos, foram... Já repetiu aí à exaustão. Mas o senhor usou a palavra “morais” na primeira vez; desentendimento de ordem moral. Quais são? O senhor pode falar?

O SR. MÁRCIO DERENNE - A senhora disse no início do discurso, o número excessivo de mortes me perturbava. Esses são os desentendimentos morais. Eu, como Subsecretário-Geral, apesar de elogiar as ações que a Polícia Civil tem feito... A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro tem trabalhado de uma forma impecável. Tem trabalhado com inteligência, tem trabalhado com vontade de trabalhar, tem se dedicado. Só que o número de mortes ficou um pouquinho, digamos, um pouquinho acima de 1. Acima de zero já é um pouquinho elevado, Excelência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu também acho.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Essa discussão eu tinha com o Secretário e eu achava que as operações tinham que ser mais planejadas. Eu achava que, sem querer entrar na cultura da Polícia Civil, eu achava que a cultura da Polícia Federal deveria ser transportada um pouco e adequadamente para dentro da Polícia Civil para que a gente pudesse fazer prisões sem dar um tiro. A gente costuma dizer no Rio de Janeiro que a clientela da Secretaria de Segurança da Polícia Civil é diferente da clientela da Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Com certeza.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Ela é diferente. Quando a Polícia Civil chega em uma comunidade carente, ela é recebida a tiros, e ela revida os tiros. Na minha concepção de segurança pública, pelo pouco tempo que tenho na polícia — sou jovem, tenho 35 anos —, entendo que a polícia deveria, por vezes, recuar, pensar e agir de melhor forma, e não apenas responder ao confronto. O confronto é necessário, mas o confronto com inteligência, para que a gente faça prisões e que a gente consiga desarticular o vértice do tráfico. O problema do Rio de Janeiro chama-se tráfico e armas. Na verdade, se resume a armas, porque se o tráfico não tivesse



armas, eu e a senhora subiríamos o morro e acabaríamos com o tráfico. O problema são as armas.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E as munições, que são muito fartas.

O SR. MÁRCIO DERENNE - E as munições, exatamente. Então, quer dizer, tem que existir... Durante o Panamericano fizemos uma operação, a Fecha Fronteira, elaborada pelo Dr. Roberto Sá, Subsecretário Operacional, que foi uma coisa magnífica. O Rio de Janeiro, vocês vão dizer: no Panamericano aumentamos o policiamento; veio a Força Nacional, veio todo mundo trabalhar no Rio de Janeiro. Mas ninguém se lembra que as fronteiras do Rio de Janeiro foram fechadas. As armas não chegaram, as drogas não chegaram. Se fizemos um estudo sobre o consumo de drogas no período do Panamericano, um sociólogo ou antropólogo que faça esse estudo, ele vai descobrir que o consumo de drogas diminuiu porque não havia droga para vender, porque a droga não conseguia entrar no Estado do Rio de Janeiro. Então, isso é uma operação de inteligência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Prevenção.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Prevenção. Eu prezo muito isso. A gente banalizou o termo “inteligência”, por isso não gosto nem de utilizar, mas sai. O que temos que fazer é um trabalho correto, bem feito, e com planejamento estratégico de aplicação de ações policiais. A gente não pode apenas descobrir. Ora, a gente descobriu que no Morro do Alemão o Tota está escondido na casa tal, vamos lá. Para a gente chegar lá, vamos ficar uma semana trocando tiros, vão morrer pessoas inocentes, crianças, e policiais serão feridos. A gente teve um policial dentro do helicóptero baleado. Eu lutei para a gente comprar aquele helicóptero blindado, que a Polícia Civil agora vai utilizar no Rio de Janeiro, e não é para o helicóptero blindado sobrevoar as favelas como um “caveirão alado”, como dizem por aí, mas para que nenhum dos nossos policiais morra.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Agora foi baleado o Adonis, um dos nossos pilotos. Ele foi baleado.

O SR. MÁRCIO DERENNE - O melhor dos nossos pilotos.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O melhor dos nossos pilotos, sem dúvida.



O SR. MÁRCIO DERENNE - Eu continuo a falar “nossos” porque eu continuo a gostar muito da Polícia Civil e da Polícia Militar. Então, eu continuo a falar “nossos”. Mas, então, a resposta a essa: a minha divergência moral com ele é que, para mim, estava havendo um exagero quanto — e vou usar o termo — à “coleira”, a soltar a “coleira” dos policiais para que eles atuem nos morros. Acho que tem que haver uma fiscalização e tem que ser valorizada a Corregedoria Interna e a Corregedoria-Geral Unificada para acompanhar o que acontece nessas operações. Naquela operação do Alemão, que foi tido como um megassucesso da Secretaria de Segurança — e foi um megassucesso, inicialmente, da Secretaria de Segurança —, há laudos que dizem que houve execução sumária. Então, esses laudos têm que ser valorizados, estudados, e os policiais envolvidos nessa execução sumária têm que responder a um processo sobre o que aconteceu. Eu não quero engessar o policial. “Ah! Eu não vou, porque o Dr. Derenne depois vai me punir”. Não! Ele tem que ir e atuar dentro das leis. No meu tempo de polícia eu sempre fui e atuei dentro da legalidade. Eu fui policial civil.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Ah, foi? No Rio?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Fui. Trabalhei na Divisão Anti-Seqüestro com o Dr. Fernando Moraes. Foi meu início de carreira. Então, conheço um pouco de Polícia Civil. Eu acho que a Polícia Civil tem um potencial muito grande, e ela deve voltar esse potencial para investigações, não para policiamento ostensivo. Policiamento ostensivo é Polícia Militar.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E o senhor sabe que, pela minha experiência, eu digo: ninguém comanda uma operação com 100 homens. É incontrolável. Primeiro, porque a gente sabe que ninguém pode estar ao mesmo tempo no mesmo lugar só. Você colocar 300 homens, como se faz, é incontrolável para tudo: é incontrolável para pé na porta, para furtos, enfim, para tudo, para todo tipo de arbitrariedade. Aí você fala: “Ah! Fulano chefiou a operação, comandou a operação...”. Não comanda, porque a “poliçada” fica à vontade...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Comandou o *briefing*, né? O *briefing* foi realmente comandado por um delegado.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É, exatamente. Então, isso aí eu sempre fui muito contra. Até na época do Elias Maluco, quando o Dr. Zaqueu era o



Chefe de Polícia, ele falou: “Só tem um jeito.” A gente estava investigando há 109 dias, sabia onde ele estava dentro do Complexo do Alemão, mas ele já estava sem equipe, largado, mas quis fazer, bancar uma ocupação. Eu fui contra. Mas, graças a Deus, ele foi alcagüetado no dia seguinte pela própria comunidade. Porque é muito, muito perigoso. Operação de 300 homens, realmente... Outra coisa: a inteligência faz grampo?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas com inquéritos? Da Polícia Civil ou da Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Da Polícia Federal eu garanto que não é, Excelência, porque teria que tombar dentro da Polícia Federal. Eu não sei como funciona especificamente. Eu sei que quem faz as requisições, quem faz os pedidos de interceptação é o próprio Subsecretário de Inteligência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - A quem?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Ao juiz competente. Não sei se são medidas cautelares ou se são inquéritos policiais.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Medidas cautelares?... Medidas cautelares dentro de um inquérito?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim. Presumo que sim, Excelência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É interessante isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Medidas cautelares sem inquérito.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas ele não tem conhecimento.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não tenho conhecimento, Excelência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Quem foi contra o Guardião e os pontos para a Polícia Civil, além do Secretário? Quem foi contra isso?

O SR. MÁRCIO DERENNE - O Secretário não foi contra. O Secretário foi a favor; toda a cúpula da Secretaria de Segurança foi a favor. Houve resistência da Polícia Civil para que os pontos fossem implementados. Então, hoje, até quando eu estava lá, 3 meses atrás, algumas delegacias da Polícia Civil possuíam os pontos do Guardião e outras delegacias não possuíam. E ainda outras possuíam o ponto do Guardião e mais o multitrilha.



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Só a SINPOL tem Nextel. As pessoas estão se deslocando para a SINPOL para ouvir Nextel, para a inteligência.

O SR. MÁRCIO DERENNE - A SINPOL tem Guardião.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não, tem a ponta.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Tem a ponta do Guardião...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eles não têm Guardião. A gente não tem.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Acho que a SINPOL hoje tem o Guardião, porque o Rivaldo, que era o Chefe da SINPOL, hoje é o Subsecretário de Inteligência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É, mas acontece que o Dr. Gilberto, como eu lhe falei, não tem coragem de falar para o Secretário que quer um Guardião independente para a Polícia Civil. A palavra é esta: não tem coragem. Eu não entendo isso, porque, na condição de Deputada Federal, posso ajudar a Polícia Civil para "cacete". É uma entidade sem grana mesmo. Todo mundo sabe. Sem equipamento, sem um monte de coisas, mas... Bom, você tem 35 anos. Quanto tempo de polícia você tem?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Estou com 8 anos de polícia, Excelência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Federal?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Federal e Civil. Fui Delegado Civil no Paraná também. Fui investigador da Civil no Rio de Janeiro e Delegado Civil no Paraná.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E na Polícia Federal, você era operacional?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Cinco anos.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Trabalhava onde?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Trabalhava na Corregedoria, fazendo contra-inteligência no Serviço de Assuntos Internos. Depois fui para o Rio de Janeiro, fiquei na Força Tarefa no Rio de Janeiro. Hoje estou chefiando da DELEPAT e substituindo um colega na DELEARM.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É, isso eu escutei.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, eu só queria ressaltar aqui que a Polícia Civil hoje, com a estrutura que a Secretaria de Segurança tem, ela não



necessita de um Guardião próprio. O Guardião da Subsecretaria de Inteligência é um Guardião que atende a Polícia Civil inteira.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas Nextel não, porque fica na fila. São muito poucos pontos de Nextel. Esse é o problema.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Eu não sei como estão os pontos do Nextel, mas talvez seja o caso de expandir esses pontos do Nextel e funcionar vinculadas Secretaria e Polícia Civil. Porque, senão, a gente sairia de novo para duas formas de atuação, enquanto o Rio de Janeiro é um só. Ele tem que permanecer vinculado à Secretaria... Já que existe a Secretaria que administra a PM e a Polícia Civil, ela pode ter o Guardião e alimentar toda a Polícia Civil, sob a fiscalização de um Subsecretário de Inteligência, que hoje é um Delegado da Polícia Civil.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Sem dúvida. Sem dúvida.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não é?

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Pelo contrário, acho que qualquer um queria um ponto de Guardião dentro da sua delegacia para não ficar indo lá para a SINPOL, pega "cdzinho", não tem tempo real... Quantas vezes os bandidos escapam porque não tem ninguém ali sentado, de madrugada, para escutar o trabalho. Entendeu? Então, resolveria muito o problema da Polícia Civil isso.

Agora, sabe o que acontece também, Dr. Derenne? Quem quer fazer grampo clandestino faz grampo clandestino, e não precisa de Guardião. Faz-se grampo clandestino clonando um telefone celular, na hora em que ele tocar ou que a pessoa ouvir. É um telefone... É assim, da mesma forma como, para se fazer grampo clandestino em um telefone fixo, é só ter um "grampeiro, e a gente sabe que no Brasil inteiro tem "grampeiro" para tudo quanto é lado.

Então, acho muito arriscado. Pode até ser, mas uma delegacia ou um delegado não iria colocar grampo clandestino em um Guardião que deixa rastro, porque o HD fica ali. Segundo os fabricantes do Guardião que aqui estiveram, fica lá gravado. Iria ser... Apesar de que a gente já viu isso acontecer na Polícia Civil, não é, de ter gente que mete um número que não existe no inquérito, grampeia uma outra pessoa, dizendo que está grampeando...



O SR. MÁRCIO DERENNE - É o pessoal que pede para entorpecentes. Você pede grampo de 30 pessoas e insere 2 números ali dentro.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Exatamente. Isso já aconteceu, inclusive na Entorpecentes do Rio de Janeiro, e a pessoa foi convidada aqui pelo Dr. Itagiba.

Agora uma pergunta, assim, de cunho mais ou menos pessoal. O agente Montanha, que o senhor citou, ele continua trabalhando lá?

O SR. MÁRCIO DERENNE - O agente Montanha sim, continua trabalhando lá. Ele assumiu um cargo maior assim que eu saí da Secretaria de Segurança. Ele assumiu um cargo de maior escalão.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É. Qual é o cargo dele hoje lá? Você sabe?

O SR. MÁRCIO DERENNE - É, a Secretaria... O Presidente sabe, a Secretaria é dividida no cargo de Secretário, de Subsecretário e Diretor-Geral. Hoje, o agente Marcelo Montanha é Diretor-Geral, se não me engano, do Gabinete do Secretário de Segurança.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Ele não era ligado ao senhor?

O SR. MÁRCIO DERENNE - O agente Montanha?

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não. O agente Montanha era da Missão Suporte. Ele era ligado ao Secretário de Segurança. Ele veio pelo Secretário de Segurança.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É engraçado, porque eu tinha uma informação de que ele era ligado ao senhor, que o senhor que teria levado ele para lá. Quer dizer, eu tenho uma informação não; tem um buchicho, num clube lá que ele freqüenta, na Barra... Freqüenta tudo, policial civil, militar e tudo, e aí ele dizia inclusive que V.Sa. me detestava, tinha um problema pessoal comigo, horrível. Eu falei: "Ué, mas eu nem conheço ele, nunca o vi! Por que seria isso?"

O SR. MÁRCIO DERENNE - E eu nem...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Aí os meus amigos da Polícia Civil vêm me dizer: "Ah, o Montanha lá tá mandando pra caramba, é colado lá com o Derenne, e o Derenne detesta a Marina". Eu falei: "Meu Deus do céu, me detesta?"



Não entendo, não é? Aliás, não vou nem perguntar isso para o senhor, porque acho uma besteira.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Pode perguntar, Excelência. Se eu a detestasse, se eu tivesse alguma coisa contra a senhora, eu diria.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É, mas... Ainda bem que não tem. Fico satisfeita de saber que não tem. Também tinha uma outra impressão de V.Sa., viu? Pode ficar sabendo disso. Muito obrigada.

O SR. MÁRCIO DERENNE - É a impressão que esses boatos de corredor...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É verdade.

O SR. MÁRCIO DERENNE - ... passam dentro da Secretaria de Segurança e dentro da Polícia Civil.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Com certeza. Parabéns pela sua postura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Vanderlei Macris é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Dr. Márcio Derenne, muito obrigado pela sua presença, por colaborar conosco neste trabalho de investigação.

O importante para nós aqui, nesta CPI, é conseguir detectar essa avalanche de interceptações telefônicas que temos pelo Brasil afora e apresentar algo que pudesse dar suporte a uma legislação que estabelecesse não só o rigor da lei para controlar a interceptação telefônica clandestina, mas, além disso, também estabelecer regras mais claras para a interceptação do Estado. E quando digo Estado é em todos os sentidos: seja da Polícia Federal, seja das polícias estaduais, enfim, de todas as autoridades que hoje têm legalmente possibilidade de fazer a interceptação telefônica.

Então, o importante para nós é que o senhor possa dar essa colaboração. É evidente que, para nós aqui, não interessa muito esse problema da questão interna da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, como a de São Paulo etc. O que nos interessa neste momento é a sua experiência — experiência — e que, sob juramento, possa nos dar, de maneira bastante clara e transparente, as informações de que precisamos para poder chegar até lá, no final dos nossos trabalhos.



Portanto, tenho poucas perguntas a fazer, mas eu gostaria de saber algumas questões. Por exemplo, a sua experiência. Quanto tempo o senhor ficou na Secretaria de Segurança do Rio?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Um ano e 7 meses.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Um ano e 7 meses. Nessa sua passagem pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, num ambiente de conflito permanente como nós temos no Rio de Janeiro entre as autoridades policiais e os fora-da-lei, quais são as atitudes tomadas pela polícia para interceptação telefônica e se elas muitas vezes extrapolam a autorização judicial até por necessidade de trabalho? Isso acontece, ou aconteceu no seu período? Quer dizer, o senhor teve conhecimento de que isso aconteceu enquanto comandava a Subsecretaria-Geral de Segurança Pública do Rio de Janeiro?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, quando o senhor diz que as autoridades policiais extrapolam os mandatos judiciais, eu não consigo compreender, porque na doutrina de interceptação de inteligência... Na verdade, nós estamos falando só de interceptação e não de inteligência policial, que vai muito além da interceptação. A interceptação é utilizada quando os outros métodos de investigação não levam a uma conclusão final sobre o fato. Então, quando você pede uma interceptação a um juiz e ele defere essa interceptação, a autoridade policial não tem muito controle sobre os fatos. Você solicita ao juiz a interceptação, você faz um ofício ao juiz solicitando uma representação pela quebra de sigilo telefônico da pessoa, o juiz defere e o próprio juiz encaminha às operadoras de telefonia celular para onde elas devem desviar essas chamadas. Então, o delegado, quando ele pede ao juiz, ele já informa: "Juiz, por favor, peça para que a operadora desvie a chamada para o número tal", onde fica o ponto dele de interceptação. A operadora faz como se fosse um sistema de... Como é que chama quando tem 2 telefones ao mesmo tempo? Como se fosse uma extensão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei.

O SR. MÁRCIO DERENNE - E essa extensão vai atender... Na realidade, às vezes a gente não tem o homem ali, o investigador, o agente federal *in loco* para ouvir no momento, mas o computador armazena essa conversa e depois o analista



vai ouvir essa conversa. Então, a liberdade da autoridade policial fica cindida a essa forma, Excelência. Ele não tem muito para onde fugir da autorização judicial.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Como é que o senhor afirma que na área de Entorpecentes, num pedido de 30 pessoas para serem interceptadas, de repente podem inserir mais 2 nomes num pedido desse?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, a autoridade judiciária, quando ela defere a autorização... Eu nunca fui juiz, nunca fiz concurso para juiz, não sei como funciona, mas eu tenho certeza de que, quando ele recebe um pedido de interceptação, e eu já fiz bastante pedido de interceptações, o delegado narra o fato, ele narra que existe uma organização criminosa, ele narra os envolvidos, ele junta toda a documentação pertinente à suspeita de que essa pessoa seja um envolvido e ele pede "x" números de telefones que ele quer que sejam grampeados. Alguma autoridade policial mal intencionada pode inserir nesse pedido alguns números que não sejam de pessoas a serem investigadas...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ou seja, é perfeitamente possível acontecer isso...

O SR. MÁRCIO DERENNE - É perfeitamente possível acontecer isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... e não há controle sobre essa questão.

O SR. MÁRCIO DERENNE - A autoridade judiciária não tem, no gabinete dela, um *expert* que possa verificar todos os pedidos da autoridade judiciária.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor, como autoridade, faz um pedido para interceptar 15 linhas telefônicas e, dentro delas, poderá...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Na verdade...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... ter 3 linhas telefônicas que lhe interessa dirigir especificamente para tal e qual pessoa, fora totalmente do contexto da investigação.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Pode ter interesses pessoais, particulares, políticos, o que for, Excelência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pois bem, é isso.

O senhor tem conhecimento de que isso é uma coisa trivial na área de segurança pública, seja...



O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso é uma lenda, um boato que existe dentro da polícia, que se o senhor me perguntar especificamente eu nunca vi nem nunca soube de nenhum caso de que isso tenha ocorrido.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim, mas é uma questão que está sempre permeando a discussão, os debates sobre as autoridades...

O SR. MÁRCIO DERENNE - É uma brecha jurídica que existe pela falta de assessoria ao juiz...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sabe por que digo isso, Dr. Márcio? Porque esta CPI tem a obrigação de buscar esse momento da interceptação telefônica quando aí há a possibilidade do desvio do Estado no cumprimento da sua missão investigatória. Não sei se o senhor me entende. Quer dizer, a nossa função aqui vai ser estabelecer uma legislação, um critério, um tipo de controle para isso não possa acontecer mais, porque exatamente aí, eu acho, é o grande momento quando a autoridade policial mal intencionada, como o senhor disse, pode perfeitamente se servir dessa brecha jurídica para poder estabelecer interceptação telefônica e, em cima disso, há "n" possibilidades de chantagem, de interesse político, policial, de quadrilhas etc., não é? Então, essa informação é importante, porque para nós é fundamental buscar esses momentos onde a gente possa estabelecer essas regras.

Quando o senhor se afastou da Secretaria de Segurança Pública, o senhor teve alguma informação... Já disse aqui, mas eu queria perguntar mais uma vez. Houve comprovação de escutas telefônicas ou foi por ouvir dizer apenas o que o senhor soube em relação às informações que chegaram de que havia escutas telefônicas até direcionadas a sua presença na Secretaria?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, o meu afastamento da Secretaria de Segurança não teve, de forma alguma, nada a ver com interceptações telefônicas ilegais contra a minha pessoa. Isso é um boato que existe...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Essa notícia de *O Globo*, de 28 de julho de 2008, então, não confere com a verdade?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não sei. Talvez confira com a verdade, e eu seja a pessoa que não sabe.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Entendo.



O SR. MÁRCIO DERENNE - Geralmente, quando o senhor é interceptado, o senhor é o último a saber, Deputado. Então, ninguém me comunicou que eu estava sendo interceptado ilegalmente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor nunca teve nenhuma prova de que isso tenha acontecido?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Nunca tive.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor chegou a comunicar à autoridade superior essa hipótese?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, porque se trata de uma matéria jornalística que não me inspirou muita credibilidade quanto a isso. Ela cita dossiês, ela cita dossiês de assessores do Governador, cita dossiê contra a minha pessoa, e realmente não houve nenhum...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E não estariam embasados em escutas telefônicas esses dossiês? O senhor não tem notícia?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não tenho notícia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor tomou conhecimento de alguma escuta telefônica clandestina por agentes de segurança do Estado do Rio de Janeiro em algum momento?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Se tivesse tomado, eles estariam presos, Excelência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Serviço de Inteligência da Polícia Militar fluminense, chamada PM 2, segundo as informações que o senhor tem, utiliza escutas telefônicas para...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Acredito que não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor acredita ou tem certeza?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Acredito que não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, acho que era o que tinha a perguntar e agradeço pela participação ao Dr. Márcio, pelas informações trazidas à CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Macris.



V.Exa. colocou uma coisa que eu acho que é muito importante para esta Comissão, e talvez eu não tenha entendido bem a resposta do Dr. Derenne, se ele acredita que a melhor forma de se exercer o trabalho de interceptação é descentralizando, mas com um controle centralizado. O senhor acha que a lei deveria... Com a experiência que V.Sa. tem, acha que essa deveria ser a fórmula, quer dizer, um controle centralizado e as operações descentralizadas de interceptação?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Com certeza, Excelência. Um controle centralizado, ligado especificamente à maior autoridade de segurança pública do local, seja na Polícia Federal, seja no Estado, seja em que âmbito for. Esse aparelho... Eu não vou defender o aparelho Guardiã, porque é de uma empresa, pode haver outros aparelhos semelhantes de outras empresas, mas nós temos que adotar uma postura onde a gente tenha uma interceptação telefônica que possa ser auditada sempre que necessário. Sempre que o juiz quiser ter acesso aos números que estão sendo interceptados, ele deve ter a prerrogativa de saber que números são esses, de quem são esses números e por que esses números estão sendo grampeados. Outro subterfúgio muito utilizado hoje em dia é você dizer que você vai grampear o telefone do primo da pessoa, porque, grampeando esse telefone, você vai chegar a esta pessoa. Então, quem é o primo dessa pessoa? Essa é a complicação na interceptação telefônica. Eu acho que hoje em dia, com a evolução aqui do nosso País, a gente tem que botar uma padronização para interceptação telefônica. Eu acho que o Dr. José Mariano Beltrame, no Rio de Janeiro, tentou implementar isso, não teve força para implementar. Mas esse sistema do Guardiã, na Subsecretaria de Inteligência, sendo utilizado não pela Subsecretaria... Eu acho que a Subsecretaria não deveria ter essa atribuição; a Subsecretaria tem que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ela tem?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ela tem essa atribuição de fazer interceptação?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Faz interceptação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas eu gostaria de ter a confirmação, porque me parece estranho.



O SR. MÁRCIO DERENNE - Essa atribuição talvez tenha que ser repassada para a DRACO, que é a delegacia ligada diretamente a ele, para todas as operações dele. Eu acho que o requerimento, a representação pela interceptação não pode sair de um órgão político, que é a Subsecretaria de Inteligência. Porque quem está sentado ali está sentado num cargo político, assim como eu estava sentado num cargo político. Eu não estou na qualidade de autoridade policial. Eu estou na qualidade de Subsecretário Geral de Segurança. Ali eu não posso presidir um inquérito. Ali eu não posso presidir um inquérito. Agora, quanto à centralização, Presidente, eu acho que esse é o futuro, esse é o caminho a ser seguido. O senhor foi Superintendente no Rio de Janeiro e Secretário de Segurança no Estado do Rio de Janeiro. O senhor conhece o funcionamento da Missão Suporte no Rio de Janeiro, sabe como ela funciona. Todas as delegacias especializadas têm que pedir à Missão Suporte para que elas possam interceptar. Ali dentro da Missão você tem um administrador, que à época do Dr. Mariano era o agente Marcelo Montanha o administrador do Guardião, e esse administrador tem acesso a tudo. Ele pode dizer exatamente se está havendo algum desvio ou se não está havendo algum desvio. Então, esse, na minha concepção, é um norte que a gente deve seguir na segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado pela manifestação de V.Sa., que eu acho que vem ao encontro do que esta CPI vem gestando nas suas considerações.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, entendo que as manifestações trazidas aqui pelo Dr. Derenne são de extrema importância, principalmente a experiência, mesmo que ainda, como disse ele, novo, mas com experiência suficiente e necessária, com capacidade necessária, com conhecimento também necessário dentro da Polícia Civil e dentro da Polícia Federal. Acho que essa contribuição é importante, porque a CPI busca exatamente não só criminalizar, descobrir quem fez a interceptação clandestina, mas principalmente criar um novo paradigma de regulamento aqui para Casa, e obviamente saindo desta Casa para o resto do País.



A gente tem uma missão muito grande, complexa. Não é por acaso que esta CPI já estendeu o seu prazo. Talvez, já pela segunda vez, vamos precisar estender novamente, dada a complexidade, principalmente nesse resumo que V.Sa. fez, Dr. Márcio Derenne, e mais uma vez manifesto aqui o meu reconhecimento pelo trabalho de V.Sa. frente à Secretaria de Segurança como Subsecretário.

Eu vou tentar ser bastante objetivo nas perguntas, e às vezes pode ser que a gente seja um pouco repetitivo, mas é importante que a gente tenha aqui algumas informações, tanto de caráter específico da questão da Secretaria, que são importantes para as informações desta CPI, quanto também com relação à questão específica do desdobramento desta CPI, que é o aprimoramento da legislação.

A primeira pergunta que faria é: V.Sa. chegou a ser convidado para ser Secretário de Segurança do Rio de Janeiro?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Sa. chegou a ser convidado, então, só para participar da gestão da Secretaria de Segurança?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Quem definiu V.Sa. como Subsecretário Geral? Foi o Governador do Estado?

O SR. MÁRCIO DERENNE - À época do convite, o governo de transição começou como Dr. Beltrame e comigo. Eu não tinha um cargo definido. O Dr. Beltrame era o Secretário e eu não tinha um cargo definido. Então, nós sentamos, fizemos uma recomposição na Secretaria de Segurança, praticamente nós remontamos a Secretaria à época do Dr. Itagiba. Nós remontamos àquela fase, com a criação do cargo de Subsecretário Geral, e eu fiquei, então, incumbido de assumir a Subsecretaria-Geral de Segurança.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas V.Sa. então, só para confirmar, não chegou a ser convidado, mas o que teria impedido V.Sa. de assumir o cargo de Secretário, em vista de V.Sa. já ter experiência de ter trabalhado na Polícia Civil? O senhor acha que foi a questão da experiência de V.Sa., foi a questão da idade, isso pode ter influenciado, não ter sido V.Sa. convidado a ser Secretário de Segurança no Estado?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Deputado, à época eu tinha 33 anos e menos tempo de Polícia do que eu tenho hoje. Eu acho que o cargo de Secretário de Segurança exige maior tempo de experiência, uma postura mais... Não vou dizer profissional, porque eu tenho postura profissional, mas uma postura de uma pessoa mais qualificada para o cargo. Espero que algum dia eu esteja à altura de ser Secretário de Segurança no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Sa. sabe quanto tempo o Delegado Beltrame tem de delegado de Polícia?

O SR. MÁRCIO DERENNE - De delegado de Polícia ele tem, deve estar fazendo 5 anos. Ele é do meu concurso de delegado de Polícia.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, V.Sa. tem o mesmo tempo de delegado federal que o Delegado Mariano?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim. Somos delegados de primeira classe agora.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, só para registro, só para a gente poder ter essa informação.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Ele tem, se eu não me engano, 28 anos de polícia, como agente federal...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E 5 anos como delegado.

O SR. MÁRCIO DERENNE - ... e 5 anos como delegado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeitamente.

Então, quando V.Sa. foi exonerado da Secretaria de Segurança, V.Sa. recebeu algum outro convite para permanecer no Governo do Estado ou foi imediatamente colocado à disposição, o retorno à Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, imediatamente retornei para a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E V.Sa. assumiu que cargo na Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Hoje eu estou nomeado como Chefe da DELEPAT, que é a Delegacia de Crime contra o Patrimônio, e acumulando a DELEARM, que é a Delegacia de Armas, cujo delegado está de licença médica prolongada. Eu assumi as duas delegacias.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas V.Sa., quando retornou, já imediatamente foi colocado à disposição dessa...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Chefia da DELEPAT.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - ...DELEPAT, Delegacia de Patrimônio.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Tem mais duas outras preocupações aqui. V.Sa. falou, por duas vezes, que o seu afastamento se deu exatamente por uma questão ideológica. A palavra "ideologia" tem muitas nuances. Eu queria entender... E V.Sa. também falou que uma das suas funções lá era fazer a avaliação dos pedidos políticos. Essa ideologia é política também? O papel de V.Sa. na atenção a esses pedidos... Eram que tipo de pedidos esses pedidos políticos? Quero saber se há alguma analogia com relação à questão da ideologia, com relação aos pedidos políticos e com relação à saída de V.Sa; se foi, especificamente, uma manifestação de algum Parlamentar, de algum membro do próprio poder Executivo que criou algum empecilho ou que fez algum pedido que foi negado.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não. Ao contrário, Excelência, a nossa relação com o Poder Legislativo local era a melhor possível. Essa relação... Como o Secretário assumiu mais a parte operacional, a parte de ação, de segurança pública, essa parte de contato com os Parlamentares ficou mais a cargo do Subsecretário-Geral, que era eu; contatos com Deputados, Vereadores, Prefeitos e indicações, o Governador, realmente, ele blindou a Polícia Civil e a Polícia Militar. Hoje, no Rio de Janeiro, não ocorre indicação política para delegado ou comandante de batalhão. Eu não vou entrar no mérito se essas indicações eram boas ou não para as instituições. O que hoje ocorre é que, realmente, está blindada. E eu nunca recebi de nenhum Parlamentar pedido de indicação. Eu me reunia com praticamente todos eles e nunca nenhum deles pediu.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, como é que eu poderia situar essa divergência ideológica?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Divergências ideológicas são diferenças principalmente quanto à reforma das instituições da Polícia Militar e da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Reforma das instituições?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Exatamente, aprimoramento e reforma. O Dr. Mariano é um homem operacional. Ele adotou uma postura operacional, onde ele prima por equipar a polícia com carros blindados, fuzis novos, coletes, para que eles vão para o embate. Na minha visão, uma política de segurança de futuro...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Confronto...

O SR. MÁRCIO DERENNE - ... diverge dessa. Eu acho que o programa Delegacia Legal tem que ser conservado, tem que ser aprimorado, tem que ser aperfeiçoado. Isso é uma máquina que o Rio de Janeiro tem que eu posso dizer que os Estados Unidos da América não têm, e eu fui até lá para conhecer. Eles não têm essa máquina que hoje é o Programa Legal. O que se tem que fazer no Programa Legal? Intensificar a qualificação dos delegados para que eles saibam usar essa máquina, para que eles saibam sentar junto com o comandante do batalhão e discutir a operacionalidade de tudo o que está registrado no programa da Delegacia Legal. Hoje, a Polícia Militar... A gente tem batalhões que estão praticamente caindo aos pedaços. São patrimônios históricos do Rio de Janeiro que estão caindo aos pedaços. Então, na minha opinião, o confronto é necessário. Eu disse isso para a Deputada, eu acho que o confronto é necessário, mas de outra forma. Agora, ao invés de comprar “x” caveirões, eu acho que a gente poderia botar um batalhão em ordem para o homem trabalhar feliz; você botar um computador dentro do batalhão... Porque a Internet da PM hoje é uma Internet discada. Enquanto a Polícia Civil teve um megaprojeto de Delegacia Legal, que hoje está um pouco mais encostada, a Polícia Militar ficou no tempo das cavernas.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sei.

O SR. MÁRCIO DERENNE - E a Polícia Militar, com todo o respeito à Polícia Civil, que é o paralelo da Polícia Federal no Estado, a Polícia Militar é a cara do Estado na rua. Aquele soldado da Polícia Militar que fica em pé — antigamente era no trânsito, agora não mais — na rua, ele é um representante meu, ele é um representante do Secretário, ele é um representante do Governador. Ele é o Estado na rua. Então, eu lutava muito por esse tipo de valorização do homem, desde a compra de fardamento decente, para ele se apresentar decentemente à população, até um local onde ele possa ter um rancho decente. Então, foram divergências de aplicação de orçamento, na realidade.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Entendi; ideológicas no sentido de política pública, de estabelecer prioridade na aplicação desses recursos enquanto políticas públicas pela Secretaria.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Está compreendido. É só a definição para questão conceitual, para não parecer que, de repente, V.Sa. teria uma avaliação, uma linha ideológica, política, e ele uma outra linha ideológica. Não há isso. É só mais para questão de esclarecimento. Já estou satisfeito nessa linha.

Agora, faço uma outra observação. V.Sa. também já pertenceu aos quadros da Polícia Civil?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Sa. atuou na DAS, na Divisão Anti-Seqüestro?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E também na Corregedoria-Geral...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Corregedoria-Geral da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Ah, Polícia Federal. Mas, no Rio, na Polícia Civil ...

O SR. MÁRCIO DERENNE - No Rio, foi só na Divisão Anti-Seqüestro, por pouco tempo, porque logo após eu fui ser delegado da Polícia Civil no Paraná.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas em que período que V.Sa. atuou como agente na DAS?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Eu acho que foi início de 2001.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Início de 2001?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso, início de 2001.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Ficou menos de 1 ano lá na DAS?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Menos de 1 ano na DAS.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, essa experiência, mesmo que muito rápida, V.Sa. obviamente atuava na questão de... *(Pausa.)*

Sr. Presidente, muito obrigado. Achei que V.Exa. estivesse me vetando na minha palavra porque eu fosse entrar na sua gestão, mas eu não vou falar nada da gestão de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Até porque V.Exa. fazia parte dela, na condição de Presidente do DETRAN.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Também. (*Risos.*)

A pergunta é exatamente a seguinte. V.Sa. teve oportunidade de atuar, na DAS, obviamente, nos crimes de seqüestro, no período de 2001. Deve ter tido experiência também, disso eu gostaria de saber, com relação à questão das interceptações telefônicas. Quem era o delegado da DAS? Era o Dr. Fernando Moraes ainda?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Dr. Fernando Moraes, isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Era o delegado da DAS, na época?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Delegado da DAS. Mas, à época, Deputado, a interceptação telefônica ainda era na base...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Do grampo?

O SR. MÁRCIO DERENNE - A Dra. Deputada conhece melhor que eu. Era na base do gravador.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Do gravador que ficava pendurado lá na...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Gravador pendurado, exatamente. Então... Hoje, já é um outro patamar de interceptação telefônica.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Essa é a experiência que já ouvimos em vários locais: a história do grampo, do gravador pendurado na corrente...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não tem nenhum tipo de...

Quando V.Sa. assumiu a Subsecretaria-Geral, exatamente dentro dessa definição que o senhor colocou aqui, ideológica, do ponto de vista da aplicação da política pública, principalmente nas ações de inteligência, V.Sa. teve a oportunidade, em algum momento, de discutir essa questão da aplicação do Guardião ou dos outros aparelhos de interceptação telefônica? V.Sa. teve oportunidade de discutir sobre isso?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, com certeza, com o Secretário, com o Subsecretário de Inteligência, com todos. Em reuniões, nós discutíamos isso e traçamos um plano. O plano era centralizar na Subsecretaria de Inteligência, porque o Guardião que a SENASP doou para a Secretaria de Segurança é maior do que o



Guardião que a Polícia Federal tem no Estado do Rio de Janeiro, e ele poderia suprir a maioria das delegacias — as especializadas, com certeza, e a maioria das delegacias distritais. Então, o plano era disseminar o Guardião para todas as delegacias, deixando pontos de interceptação em todas as delegacias para que eles atuassem exatamente como atua a Polícia Federal. Ele pede a interceptação ao juiz, o juiz autoriza, e ele pede uma autorização ao Subsecretário de Inteligência para que ele disponibilize o local para o grampo.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Entendi.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Dessa forma... É uma forma de controle e é uma forma de, depois, a gente poder fazer uma auditoria sobre o que está acontecendo naquela delegacia.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Sa. disse que o Delegado, o Secretário Beltrame não conseguiu estabelecer essa padronização. Obviamente, houve uma divergência com alguém, porque se ele é o Secretário de Segurança, define a política interna da Secretaria; tem o respaldo, como já vimos, do próprio Governador. Quais seriam os motivos principais de ele não ter conseguido estabelecer essa padronização, essa proposta que V.Sa. acabou de manifestar? Isso também foi motivo da divergência e do afastamento de V.Sa. da Secretaria?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, porque essa aí já fugiu à minha atribuição. Eu participei da reunião onde a gente decidiu padronizar. O porquê de ele não ter conseguido padronizar isso, até o momento... Eu acredito até que esteja sendo padronizado aos poucos, mas não conseguiu ser de uma forma imediata. Eu não tenho conhecimento. O que disse é que há resistências da Polícia Civil quanto a esse controle da Subsecretaria de Inteligência nas interceptações telefônicas que seriam feitas pelas delegacias da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Pelas informações que V.Sa. tem, até a saída de lá não havia conseguido...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Implementar 100%...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Por mais que ele tenha autoridade dentro da própria Secretaria e respaldo para isso, não conseguiu?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Até o presente momento, que eu saiba — eu estou afastado há 3 meses —, ainda não, Deputado.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Pelo seu conhecimento, V.Sa. entende que isso parte dessa resistência exclusiva das delegacias ou isso é resistência da corporação? Quais seriam os principais focos? Porque isso, obviamente, deve ter exemplo em outros Estados também. Não é só questão do Rio de Janeiro.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Essa questão não sei responder, Deputado; lamento.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Está bem. Estou satisfeito.

Só uma última pergunta. V.Sa. chegou a ser convidado para algum outro cargo público este ano ainda, no Governo do Estado ou para algum outro cargo desse tipo?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Nem no Município, nada?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Nem no Município, nada.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O.k.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há uma coisa que eu ainda não entendi bem, Deputado Hugo Leal, tentando compreender. Na verdade, o Dr. Derenne nos informa que ele remontou aquilo que existia à época em que eu fui Subsecretário-Geral de Segurança Pública. Mas, ao que me parece, ele remontou, mas não montou, porque à minha época, quando foi criada a Subsecretaria, toda a estrutura estava subordinada ao Subsecretário-Geral. E, pelo que eu entendi de V.Sa., isso não se deu com o senhor por uma questão de estruturação ou por uma questão de política interna, de não se ter chegado a esse acordo. Ou essa foi a forma como se estabeleceu e depois se modificou, e talvez tenha sido isso que levou V.Sa. a discordar da política implementada e até a sair do cargo que ocupava?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Essa foi a forma encontra pelo Secretário, que é um profissional centralizador, de ele ter o controle sobre todas as Secretarias, afastando, no organograma, onde no organograma deveria ser Secretário, Subsecretário-Geral e as outras Subsecretarias abaixo, como era na época de V.Exa. No organograma atual ficou Secretário; naquela linhazinha de lado,



Subsecretaria-Geral, e a linha direta do Secretário para os outros Secretários, para o Chefe de Polícia e para o Comandante da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas essa foi a modificação feita agora ou já à época, quando o senhor foi...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Já à época, quando nós assumimos. A modificação feita agora... Houve a extinção da Subsecretaria-Geral e a criação de 2 Subsecretarias, que eu não sei declinar o nome. Então, nessa reformulação aqui eu não aceitei a reformulação e, pelos motivos já expostos, eu pedi exoneração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, na verdade, V.Sa., em vez de ser Subsecretário-Geral, embora tivesse o título, era apenas um assessor parlamentar e administrativo? Seria isso? Porque a Subsecretaria-Geral pressupunha, no organograma antigo, toda essa estrutura abaixo. Quando ela é colocada num gancho lateral...

O SR. MÁRCIO DERENNE - Ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... ela vira uma espécie de uma assessoria.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Vira uma espécie de assessoria parlamentar... Não parlamentar, mas vira uma espécie de assessoria do Secretário, sendo que eu era o substituto do Secretário nas ausências dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nas ausências dele. Exercia também o cargo de substituto.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra agora ao Deputado Domingos Dutra, que é o próximo inscrito, para os seus questionamentos. *(Pausa.)*

Abre mão.

Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, Sr. Relator, não era nem desejo meu fazer nenhuma intervenção, mas também seria pra nós um prejuízo perder a oportunidade de ter aqui conosco uma figura que fez com que o Estado do Rio de Janeiro usufruísse, diria de modo especial que o Governo Sérgio Cabral usufruísse da competência do Dr. Márcio Derenne.



Então, eu iria na mesma direção que foi o Deputado Vanderlei Macris e V.Exa., Sr. Presidente, Marcelo Itagiba, em algumas perguntas, quando buscou a competência, quando buscou a experiência do Dr. Márcio Derenne, no que diz respeito à trajetória na Polícia Civil e, depois, Federal.

Então, eu queria, sinceramente, buscar a sua opinião naquilo que é objetivo principal desta Comissão. Esta Comissão, como bem disse o nosso Presidente Marcelo Itagiba, que tem nos dado lições com sua experiência, não busca punir ninguém; esta Comissão busca uma legislação que venha realmente acabar com essa paranóia que é a interceptação telefônica, tanto legal quanto ilegal, e principalmente pelo avanço tecnológico, que tem produzido equipamentos que deixam sem dormir. As pessoas hoje não utilizam o telefone com a mesma garantia que utilizavam anteriormente, porque os aparelhos, a tecnologia, hoje, já não garantem privacidade a nenhum tipo de aparelho.

Por isso, a interceptação telefônica é vista, ainda, é examinada por uma legislação que tem mais de 10 anos, a Lei nº 9.296, de 1996, que V.Sa. bem conhece, e há um projeto de lei de iniciativa do Ministério da Justiça que tramita nesta Casa e está sendo apreciado. Mas eu tenho certeza de que esta Comissão chegará a uma proposta mais objetiva, uma proposta em que teremos a certeza de que não seremos mais manipulados ou, muitas vezes, estamos diante de ameaças por uma gravação ou por um vazamento, por uma edição.

Então, a primeira pergunta seria a seguinte: como V.Sa. vê a interceptação telefônica em investigação criminal ou em instrução penal? Qual é a importância? Se tivesse que dar uma nota de zero a cinco, qual seria a importância, numa investigação, num inquérito policial, da prova oriunda de uma interceptação telefônica?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Quatro vírgula oito, Excelência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quatro e meio?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Quatro vírgula oito.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quatro vírgula oito.

O SR. MÁRCIO DERENNE - O resto a gente confirma...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, V.Sa. é amplamente favorável à interceptação telefônica como prova?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ela, hoje, não está nesse conceito de quatro vírgula ou quase o máximo. Ela hoje é uma prova complementar.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Em termos, Excelência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Em inquérito.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Em termos. Quando a autoridade policial e os agentes policiais descobrem o mínimo de probabilidade de que possa estar havendo alguma conduta ilegal, a interceptação telefônica torna-se um método juridicamente viável de investigar a pessoa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas esta Comissão, Dr. Derenne, e o Presidente, melhor do que nós, tem batido muito nisso. Esta Comissão já ouviu todos os segmentos da sociedade, todos os segmentos pertinentes a esse assunto e, em todos os casos que ouvimos, a vulnerabilidade, a manipulação são flagrantes — sem acusar qualquer pessoa que seja. Estou falando em tese, em conceito. Ela é muito vulnerável.

Por isso é que lhe faço a segunda pergunta, já que V.Sa. é um entusiasta da interceptação telefônica. Como V.Sa. a vê, conceitualmente, frente a vazamentos conhecidíssimos em operações da Polícia, principalmente da Polícia Federal? Conhecidíssimos vazamentos, com homônimos? Como V.Sa. vê edições? Como V.Sa. garante que as empresas telefônicas são acionadas posteriormente a uma gravação ou o juiz é acionado após já ter alguns indícios, e não antes?

Como V.Sa. vê essas vulnerabilidades ou, conceitualmente, como V.Sa. interpreta esses flagrantes erros que temos visto em várias operações? Quem deve ser responsável: o autor ou a União? Porque alguém se sente prejudicado, várias vezes, quando existem vazamentos, quando existem edições, quando é vítima de homônimo. Conceitualmente, como V.Sa. vê esses assuntos?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Conceitualmente e juridicamente, Excelência, existe remédio para isso. Se a pessoa se sente agredida, ela pode entrar com ação contra a União, no caso da Polícia Federal, se for, e contra o Estado, no caso das Polícias Civis. Essa ação tem regresso contra a autoridade que presidiu o inquérito policial ou que comandou a investigação. Então, para quem se sente lesado já existe ação para que ele peça indenização contra isso. Quanto ao fato de vazamentos



ocorrerem constantemente, as Corregedorias internas e as Corregedorias Gerais têm que se especializar em apurar como está havendo esse vazamento.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Fiz essa pergunta também ao Diretor-Geral da Polícia Federal, quando esteve aqui. E ele disse que o vazamento, muitas vezes, é provocado pelo advogado da parte, que faz questão de anular o processo. Outra vez ele falou um pouco na imprensa.

V.Sa acha que a imprensa ou o advogado da parte é que são os culpados por vazamentos? No seu entendimento, quem é mais culpado ou quem mais tem feito vazamentos, pela sua experiência?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Todos os que têm acesso ao trâmite do processo judicial. Todos eles: na Polícia Federal, os agentes, os escrivães responsáveis, presididos e coordenados por um delegado de Polícia Federal. O inquérito sai da Polícia Federal e passa na mão do Ministério Público. O Ministério Público é um ser autônomo, onde há um Procurador da República ou um Promotor de Justiça, que provavelmente tem secretárias, assessores e estagiários, que vão manusear os autos também. Chegando à Justiça, temos os escrivães, os escreventes, o chefe de cartório, que vão manusear o processo, e o próprio Juiz, que vai manusear o processo. Então, descobrir quem é o responsável pelo vazamento é uma das tarefas mais árduas que as Corregedorias têm, porque a imprensa o senhor sabe que...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Está dentro do papel dela.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Constitucionalmente, ela tem o sigilo da fonte. Então, não adianta intimar o jornalista e perguntar: "*Quem te deu?*" Ele não vai te responder.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Está dentro do papel dela.

Mas como ela descobre essas operações? Ela é avisada?

O SR. MÁRCIO DERENNE - As pessoas podem chamá-la para...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Na sua experiência, em operações de que V.Sa participou, como a imprensa tomava conhecimento das operações?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Eu posso dizer uma coisa, Deputado: existem muitas operações em que todos nós achamos que houve vazamento, mas as operações acontecem da seguinte forma — o Presidente pode me corrigir, se eu



estiver errado, pelo tempo e experiência de Polícia Federal que ele teve: quando há uma operação na Superintendência da Polícia, a Polícia Federal no Rio de Janeiro, o chefe da operação, o Coordenador, pede ao Diretor Regional Executivo que arregimente agentes para que saiam na operação no dia seguinte, geralmente às 5h da manhã, para que cheguemos à casa da pessoa bem cedo. São expedidos memorandos para várias delegacias, solicitando agentes e delegados para participar da operação. A partir desse momento, todo o Estado do Rio de Janeiro e talvez todo o Brasil já saiba que vai haver uma operação no Rio de Janeiro. A partir desse momento, qualquer emissora de televisão pode simplesmente parar o seu carro na porta da Superintendência da Polícia Federal e esperar que a operação seja desencadeada no dia seguinte, às 6h da manhã, e seguir, aleatoriamente, qualquer carro da Polícia Federal e filmar a pessoa sendo algemada. Às vezes, há esse preconceito, e a gente diz: "*Houve vazamento*". Na realidade, não houve vazamento. A imprensa seguiu sem saber nem o que era e fez as imagens. Agora, há casos em que há vazamentos que ficam claros.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A imprensa fica de plantão?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Fica de plantão. Há casos claros de vazamento, como o senhor viu no jornal a transcrição da gravação telefônica. Aí, realmente, a Corregedoria tem que investigar, mas é uma investigação muito difícil, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pois é, eu ia perguntar isso: a filmagem, o acompanhamento da imprensa. Agora, a gravação que sai na televisão no mesmo dia da operação. Ela não tem o sigilo do Judiciário?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Tem sim, senhor, e quem vazou...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Como é que ela aparece ali?

O SR. MÁRCIO DERENNE - ...quem vazou cometeu crime.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Tem o quê?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Quem vazou essa informação cometeu crime. Compete à Polícia instaurar um inquérito para apurar o vazamento.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Conhece alguns?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Que vazam? Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Conhece algum inquérito instaurado pela Polícia para descobrir quem vazou, como é que apareceu?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Conheço. Eu já presidi um.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Conhece algum? Um pelo menos?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Conheço. Eu já presidi um.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E descobriu quem foi que deu?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Chegou à conclusão?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não. Geralmente, a única testemunha que você tem é o repórter. Aí o senhor o intima e pergunta para ele: "*Quem foi que te entregou a gravação?*" E aí ele lê a Constituição para o delegado, fala: "*Ó, delegado*".

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Chegou a ter um no *Fantástico* onde a TV Globo entrou junto com a operação e filmou todo o escritório de um advogado irmão de um Ministro. Como é que pode entrar e filmar?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Essa questão é complicada. Eu já fui a operações não como chefe, mas apenas como cumpridor...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - De madrugada.

O SR. MÁRCIO DERENNE - ...de mandado. O que acontece é que você vai para uma operação, vai você e 3 agentes, ou você e 2 agentes. Essa é a sua equipe. E você tem que trabalhar; você tem que...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A minha preocupação é mais o seguinte: com os erros, a vulnerabilidade da interceptação como prova, e V.Sa., entusiasta que é, quase deu nota máxima. Deu 4,8. Chegou pertinho.

Qual é, então, a sugestão de V.Sa. com relação à legislação para proibir o vazamento? Qual seria a penalidade?

O SR. MÁRCIO DERENNE - A legislação já existe e a penalidade já existe.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, já existe na lei que está atualmente. Estamos elaborando aqui; queremos saber a sua opinião.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, eu não sou legislador; não tenho opinião sobre esse fato, infelizmente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ainda não tem?



O SR. MÁRCIO DERENNE - Se o senhor me procurar daqui a algum tempo, eu posso me aprofundar e estudar.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quanto à edição, o senhor acha que existe edição?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Edição?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Serviço de Inteligência edita?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não. Editar, não edita. O que entram, às vezes, na transcrição são as partes que importam à Polícia. Porque realmente existem juízes que pedem a transcrição integral. Agora, se o senhor me pedir a transcrição integral de uma operação em que tem 1 ano de interceptação telefônica, eu vou demorar 3 anos para fazer essa transcrição de todos os autos.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Com relação ao homônimo? Como é que pode haver esse erro por parte do policial gravar um homônimo?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Erro por parte do policial?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Os dados que ele entrega à Juíza não amarram de uma forma tal que não possa haver esse erro?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, senhor. Ele pode ter errado quanto ao homônimo e ele pode vir a responder pelo erro dele.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E aí quem paga é a União? O prejuízo é pago pela União.

Mas olha, eu fiquei satisfeito porque o Presidente me deu a oportunidade de saudar V.Sa. como um homem do Estado do Rio e tenho muito apreço pelo trabalho que desenvolve lá a Secretaria de Segurança do Governo Sérgio Cabral. Sou aliado do Governador Sérgio Cabral. Sei o quanto de sacrifício tem sido feito, apesar de a gente ainda sofrer no Estado do Rio uma pressão muito grande com relação à aflição dos cariocas e fluminenses com relação à segurança. Mas o trabalho, de qualquer forma, vai num crescendo, e acredito que a gente vai melhorar.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Agradeço.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, queria agradecer, mas queria que o nosso querido Dr. Márcio Derenne pudesse colaborar conosco, se possível, até enviando, por escrito, algumas propostas, para que tenhamos uma legislação que realmente venha a acabar com essa quantidade enorme de



interceptações e com essa paranóia que se instalou no País nos últimos tempos. Hoje ninguém quer pegar em telefone. Não sei se V.Sa. tem tranquilidade no seu. Deve ter. Mas eu não tenho no meu. Não por nada, mas porque eu sou um político; recebo ligações de todo lado. Meu telefone é quase um telefone público, na minha cidade, principalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Simão Sessim.

Deputado Francisco Rodrigues, deseja fazer algum questionamento?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Sr. Presidente, Dr. Márcio Derenne, o Ministro do Conselho Nacional de Justiça, Gilson Dipp, divulgou hoje — hoje — dados sobre as escutas telefônicas ilegais, as quais se apresentam bem inferiores àquelas informadas pelas operadoras de telecomunicação. Ele afirma que, atualmente, estão sendo monitoradas no Brasil 12.210 telefones com a autorização da Justiça. E o mesmo Ministro, que é Corregedor Nacional de Justiça, questiona nossa CPI, esta CPI, pelas informações que considera extremamente divergentes desse número que eles confirmam como telefones monitorados com autorização judicial.

Em cumprimento à Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça, determinou o envio mensal das solicitações judiciais das interceptações telefônicas. Nós, na verdade, ficamos estarelecidos, porque o levantamento que foi apresentado até o momento pelas operadoras e que os dados levantados pela Comissão mostram que já ultrapassam 400 mil interceptações telefônicas no País.

O Conselheiro Marcelo Nobre, no CNJ, disse que ficou assustado com a enorme diferença entre os dados noticiados pela imprensa, divulgados por esta CPI, e os fornecidos pelos Tribunais, pelas operadoras. E continua: "*A única explicação para isso é a existência de grampos ilegais*".

Aí vem a pergunta: o senhor, que já integrou a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio, acredita que esses números apresentados pelo Ministro Gilson Dipp são verdadeiramente corretos? Ou o senhor, pela vivência que tem na Polícia e trabalhando nessa área específica, acredita que a grande maioria dos telefones hoje monitorados são ilegalmente monitorados? Ao que o senhor atribui



essa diferença descomunal que nos foi dada pelo Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilson Dipp?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, hoje em dia — vou repetir aqui o procedimento para se fazer uma interceptação telefônica —, o senhor pega um delegado federal, uma autoridade policial federal, que seja da Inteligência, da Contra-Inteligência, de qualquer delegacia, uma delegacia fazendária, quando ele quer interceptar alguém, ele precisa do auxílio obrigatório das operadoras de telefonia. Obrigatório. Quem são as operadoras de telefonia, Excelência? Quem são os chefes de segurança institucional das operadoras de telefonia, Excelência? O Governo trabalha com uma legislação que prevê punição para vazamento de informação, que prevê como as interceptações telefônicas devem ser feitas. O servidor público, o servidor federal, o servidor civil se submete a essa legislação. Eu tenho certeza de que a maioria esmagadora das autoridades policiais, sejam civis, sejam federais, atendem aos preceitos de ética e moralidade ao utilizar a interceptação telefônica. Só que, para que eles se utilizem disso, eles precisam, com todo o respeito, da boa vontade das operadoras de telefonia celular e fixa. Tudo o que o delegado escuta e seus agentes escutam na ponta, numa investigação, seja uma investigação contra um juiz federal ou um ministro, seja contra um traficante, a operadora de telefonia também escuta; é só ela querer. E ela não precisa nem de ordem judicial; o telefone é dela. Então eu vejo que, como o nobre Deputado falou, se os senhores pensam em regulamentar o funcionamento de interceptação telefônica, a autoridade policial e a autoridade judiciária estão devidamente amarradas legalmente. A legislação não é ruim; o problema é que o Estado, o poder estatal, necessita de uma ajuda de entidades privadas para fazer cumprir o seu mister. O que acontece lá dentro dessas operadoras? Eu não sei. Eu sei quem é o juiz, que é concursado, tem fé pública e vai responder pelos seus atos; eu sei quem é o delegado, que é concursado, tem fé pública e vai responder pelos seus atos. E quem está desviando essa ligação de dentro das operadoras? É o estagiário? Quem é esse estagiário? Quem trabalha lá dentro, Excelência? Eu não conheço. Então, você atribuir, às vezes, Deputado, o vazamento à Polícia, ao Judiciário, ao Ministério Público, e você esquece que em todo esse procedimento, esse emaranhado de procedimentos de pessoas que têm acesso a processos sob sigilo, existem



particulares que estão atuando para que isso aconteça. Eu não conheço eles. Eu mando um papel para o juiz, o juiz manda um papel para a operadora. Quem recebe esse papel na operadora? É o protocolo-geral? É o estagiário? É o funcionário? Então, se os senhores quiserem... O senhor me pediu aqui uma dica técnica que eu possa dar: estudem isso, Deputados, porque tudo o que a Polícia faz, que o Judiciário faz e que o Ministério Público faz parte de empresas privadas. Quem são essas pessoas? Provavelmente funcionários da mais alta qualidade, para estarem empregadas lá, mas não temos controle nenhum sobre eles. E nós dependemos deles para trabalhar. Às vezes, o senhor pede uma quebra de sigilo de dados telefônicos. Dados telefônicos é o seguinte: eu quero saber quem é o dono desse celular. E eu demoro 90 dias para saber quem é o dono desse celular. Por quê? Porque a empresa de telefonia alega que está assoberbada, alega que não tem como e vai protelando, protelando. Em 90 dias ela me diz de quem é esse celular. Desculpe-me, mas esse celular já está desligado. Então, a Polícia Federal, a Polícia Civil, qualquer autoridade policial e judiciária está presa à burocracia das empresas privadas de telefonia. Isso pode ser revisto, isso pode ser estudado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Presidente Marcelo Itagiba, as explicações, obviamente, do Dr. Márcio Derenne, é lógico que são substanciais para fazer juízo, pelo menos da minha parte, em relação ao tema e ao questionamento dessa diferença abismal entre os telefones oficialmente monitorados, citados hoje, dia 18/11/2008, pelo Ministro Gilson Dipp, do Conselho Nacional de Justiça.

Complementando, obviamente, eu recorreria ao nosso ilustre Presidente. Eu gostaria de sugerir ao meu Presidente que, se há detalhes dessa diferença abismal... Porque esse número deixa realmente nossa Comissão numa situação extremamente complicada. Nós identificamos aqui mais de 400 mil autorizações de grampos telefônicos. Por que essa diferença abismal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu diria a V.Exa. que a observação feita por V.Exa. é muito própria. Imprópria me parece a declaração do Ministro. Por quê? Porque não se pode comparar banana com laranja. Os dados que nos foram encaminhados pelas operadoras de telefonia dizem respeito a todo o ano de 2007, que chegaram aqui como 409 mil interceptações. Ou seja, nós



necessitávamos fazer o cotejamento entre as informações das operadoras e os mandados expedidos. E fomos impedidos, cerceados pelo próprio Poder Judiciário, de ter acesso a esses dados.

Uma coisa que nós verificamos é que essa informação do Ministro Dipp refere-se única e exclusivamente a dois meses — e não ao ano inteiro — de 2008, razão pela qual eu estarei apresentando um requerimento para ser votado amanhã, no sentido de que as empresas de telefonia — já que nós estamos nos aproximando do final do ano de 2008 — nos informem quantos mandados foram expedidos, ou seja, preencham novamente a nossa planilha.

E, ao invés de o Ministro Dipp, que vem fazendo muito bem esse trabalho — e só o faz porque esta CPI pôs o dedo nessa ferida, e os controles começaram a nascer em função da falta de controle do próprio Poder Judiciário nos grampos que concedia, numa iniciativa muito bem-vinda do Corregedor do Tribunal de Justiça do meu Estado, do Rio de Janeiro, Desembargador Zveiter, que começou a criar um sistema de controle. Porque nenhum Poder Judiciário do País, nenhuma Polícia deste País e nenhum Ministério Público foi capaz de informar a esta CPI o número de interceptações, porque não existia e ainda não existe nenhum controle efetivo, e parece que agora se deseja ou está-se implementando no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, que vem em boa hora e é muito bem vindo. Eu acho que essa análise do Ministro Dipp poderia ser feita em conjunto conosco, porque agora nós iremos solicitar esses dados e poderemos cotejar com os dele.

Até porque me interessa saber se S.Exas., quando terminar esta CPI — e nós encaminharemos os relatórios —, irão adotar medidas contra os magistrados — ou contra as próprias operadoras, se elas tiverem faltado com a verdade — que concederam interceptações, segundo a planilha que tenho, sem a marca na planilha de pedido de prorrogação — interceptações com prazos iniciais de 30, 60, 120 dias —, ou se isso também ficará a critério da discricionariedade que é dada aos membros do Poder Judiciário.

Nós chegaremos à hora da verdade, Deputado Francisco, e quem está abrindo a caixa-preta desse processo é justamente esta Comissão, através de V.Exas., com os questionamentos pertinentes e com as buscas que nós temos feito em torno do tema.



Eu acho que essa posição do Ministro Dipp precisa ser bem compreendida, porque já me vieram fazer esse questionamento. E aí começam a se esclarecer: *“Não, não diz respeito ao ano inteiro; diz respeito a dois meses.”* Depois, fazendo um paralelo, não há paralelo a se fazer; não há como se comparar dois meses com um ano. *“Ah, pode-se fazer projeções?”* Sim. Projeções se fazem, mas a projeção não representa aquilo que as operadoras nos informaram.

Daí, eu volto a insistir: o Supremo Tribunal Federal, no meu entender, de forma incorreta, de forma indevida, cerceou os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito para possibilitar ela chegar à verdade mais verdadeira sobre esses fatos, e eles estão agora criando mecanismos importantes para esse controle.

E aí fica uma outra pergunta: será que não é a nossa atuação, neste um ano de CPI que fez, justamente, com que esses números diminuíssem? Acho que V.Exa. colocou muito bem, e a reflexão que faço em voz alta a respeito do tema é exatamente esta que estou colocando no momento: não contesto os dados dele; eu apenas os coloco no devido lugar. Eles, hoje, só têm esse controle porque nós provocamos a existência da necessidade desse controle.

Pasme V.Exa.: nos Estados Unidos da América — e esse é um dado muito importante —, existe uma lei que obriga o Poder Judiciário a fazer um controle efetivo das interceptações, dizendo quantas foram, quem as autorizou, por quanto tempo, em quantas prisões resultaram e qual foi o custo daquela operação. E, ao final, o Poder Judiciário tem a obrigação de encaminhar esse relatório anual ao Congresso americano, para verificação e análise, porque lá não se brinca, como aqui se brinca, nessa questão do orçamento. O orçamento é dado pelo Parlamento, na justa medida da necessidade. Se o dinheiro foi desperdiçado, ele não será novamente entregue para se fazer aquilo que talvez não foi bem feito.

Acho que essa questão é uma questão que tem que ser observada por nós no processo legislativo que iremos executar. Essa análise, independente daqueles dados que são de segurança nacional, que são de inteligência internacional, que são de combate ao terrorismo, que não estão computados — porque esses são apenas aqueles relativos aos processos que se tornam processos judiciais, investigações próprias de crime no interior dos Estados Unidos da América —, pasmem os



senhores: em um ano não superam o número de 6 mil. Em um ano não superam o número de 6 mil, segundo esses relatórios que tenho em mãos.

Acho que foi muito importante a colocação de V.Exa. para que pudéssemos esclarecer esses pontos.

Passo a palavra a V.Exa....

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Sr. Presidente, sua explicação é extremamente precisa e de uma forma transparente, como uma janela sem vidros.

O que nos reforça, corroborando com essa posição de V.Exa., é que a Resolução nº 59, do Conselho Nacional de Justiça, que determinou o envio das solicitações judiciais de interceptações telefônicas, veio *a posteriori* desta CPI, demonstrando exatamente que essa colaboração inquestionável, irrefutável, já é fruto dos trabalhos desta CPI. Portanto, o Congresso, a Câmara, está de parabéns. V.Exa., que tem assumido uma posição extremamente equilibrada na condução desta CPI, já pode dizer que nós estamos contribuindo definitivamente para coibir esses abusos, porque estavam realmente insustentáveis.

V.Exa. fala de um dado que eu não conhecia: que nos Estados Unidos, referente a essas questões, não mais que 6 mil autorizações judiciais aconteciam. E nós temos, até que seja generosa, 12.210 em 2 meses, vai para 140 mil no ano. Alguma coisa está errada.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. pela manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado a V.Exa.

Apenas para que possamos terminar os trabalhos, tenho alguns questionamentos que acho importantes.

V.Exa. disse a esta Comissão que o Subsecretário de Inteligência realizava, com autorizações judiciais provenientes de Itaguaí, interceptações telefônicas não vinculadas aos inquéritos da Polícia Civil. Essa situação permanece, com a modificação que houve, com a vinda de um delegado da Polícia Civil para ser o Subsecretário de Inteligência?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Quando o Dr. Rivaldo assumiu a Subsecretaria de Inteligência eu não era mais o Subsecretário-Geral de Segurança, mas, no caso do Dr. Rivaldo, mantenho a mesma posição que mantive para o Secretário à época:



a de que o Subsecretário de Inteligência é o Subsecretário de Inteligência e deixa de ser uma autoridade policial que possa presidir inquéritos policiais ou até mesmo alguma corrente jurídica que entenda que se possa ter uma medida cautelar sem o inquérito policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse seria, então, também, eu poderia dizer, mais um dos conflitos que o senhor chama de conflito ideológico entre o senhor e o Secretário nessa questão?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor estava de acordo com o que estava sendo executado?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não. Eu achava apenas errado que o Subsecretário assinasse representações por interceptações telefônicas, mas posso dizer que não tive acesso a nenhuma representação. O senhor falou em Itaguaí. Eu não sei se eram em Itaguaí que aconteciam essas interceptações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É porque quando perguntei a V.Sa., no início da nossa conversa, V.Sa. disse: "*Eu não, mas o Secretário teria esse contato em Itaguaí*". Estou só reproduzindo o que V.Sa. disse no início do seu depoimento.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Exato. Sim, ele teria contato em Itaguaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o que estou dizendo está dentro do contexto do que V.Sa. disse.

V.Sa. acha que o Subsecretário que exerceu essa função poderia, pelo conhecimento, pelo trabalho que executou, trazer subsídios importantes para esta CPI?

O SR. MÁRCIO DERENNE - É um bom policial federal. Foi meu agente federal; trabalhou comigo. Conhece bastante tanto de análise de dados de inteligência policial quanto de interceptação policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta que fica aqui: há muito tempo que o trabalho vem sendo desenvolvido, na seara do Rio de Janeiro, contra as criminalidades chamadas de organizadas; a Polícia Federal vem



trabalhando em apoio, tirando determinados grupos criminosos de circulação; existe uma política chamada de política de confronto, como se no passado talvez isso não tivesse existido, como se houvesse uma nova política de segurança pública; e, ao que parece, a boa política de segurança pública teve uma continuidade, e algumas coisas que deveriam ter tido continuidade talvez não tenham tido. Mas uma coisa que chama a atenção e que, talvez, V.Sa. pudesse explicar, como prioridade: por que andamos, ainda, pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro e encontramos um ponto de Bicho e a contravenção em praticamente todas as esquinas do Rio de Janeiro? Quer dizer, essa não foi uma prioridade da criminalidade organizada a ser enfocada no momento? Ou é uma questão de política? Qual a opinião de V.Sa. nessa questão?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Esse foi um dos pontos em que eu e o Secretário divergimos ideologicamente. Eu entendo que o policiamento comunitário, que a Polícia Militar na rua, fazendo o policiamento extensivo é essencial, tanto para a sensação de segurança da população quanto para a efetiva segurança no Estado do Rio de Janeiro. Eu entendo que a Polícia Militar deve atuar nos crimes de pequeno potencial ofensivo; ela deve recolher os apontadores do Bicho. A certa altura do Governo, nós criamos, junto ao Secretário de Governo e, agora, ao novo Secretário de Ordem Pública Municipal, Dr. Rodrigo Bethlem e Dr. Wilson Carlos, nós criamos um programa denominado CopaBacana, que não podíamos estender ao Rio de Janeiro inteiro porque não tínhamos pessoal para trabalhar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No molde daquele chamado Zona Sul Legal, não é? Uma coisa muito parecida com isso.

O SR. MÁRCIO DERENNE - No molde, Excelência, na verdade, da Teoria da Janela Quebrada, que houve em Nova Iorque, que denominaram de Tolerância Zero e tudo isso. E esse tipo de operação reduziu em mais de 30% e deu sensação de segurança para a população. Além disso, liberou a Polícia Civil para fazer o seu trabalho essencial, que são as investigações e as operações já com os mandados de prisão, como faz a Polícia Federal para a prisão. Então, a Polícia Militar passou a exercer o que ela tinha que exercer, o que o novo Secretário de Ordem Pública da Prefeitura vai fazer com a Guarda Municipal, botá-la para tratar de ordem urbana — eles chamam de choque de ordem; eu chamo de trabalhar, simplesmente. Não



precisa dar choque em ninguém; é trabalhar. Vamos botar a Guarda na rua, vamos cumprir os preceitos de ordem pública, e a Polícia Militar dá o apoio. Apontador de Bicho tem que ser recolhido, esteja onde estiver; maquininha de caça-níqueis tem que ser recolhida. Fizemos várias operações com recolhimento de máquina de caça-níqueis, em conjunto com a Receita Federal, onde a apreensão era encaminhada direto para a Receita Federal, tendo em vista que o crime tipificado era o crime de contrabando da peça interna da máquina. Então, eu acho que avançou. E eu gostaria de complementar aqui que, quando o senhor disse que houve um choque de disseminar a política de segurança do antigo Secretário com o Secretário novo, tanto esse choque foi brando que a Chefe de Gabinete permaneceu lá, a sua Chefe de Gabinete permaneceu lá por 1 ano e meio, se eu não me engano, também. E a equipe, praticamente, manteve-se também bastante da equipe da Secretaria. O que foi dado foi um foco maior no enfrentamento de grandes áreas, operações, megaoperações como o Alemão, megaoperações que aconteceram depois na Coréia e que eram operações que, na gestão anterior, aconteciam de outra forma. Mas o enfrentamento estava ali. A Polícia do Rio de Janeiro, eu gostaria de aproveitar aqui para dizer que tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar são heróis, são homens de honra e são heróis que trabalham muitas vezes sem condições, com condições salariais ainda não ideais — e eu ressalto que o Governo do Estado está lutando para melhorar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Espero que eles cheguem ao aumento que nós demos ao policiais, de 17%. Por enquanto, está em 6%. Espero que o Governador Sérgio Cabral, até o final, consiga resgatar e ultrapassar esse aumento que nós demos à época em que nós éramos Secretário de Estado. Acho que o caminho é esse, V.Exa. tem toda razão.

O SR. MÁRCIO DERENNE - Isso, ele está. Eu garanto que o Governador e os Secretários estão empenhados nisso, porque a família policial precisa muito disso. Então, eu reafirmo aqui: são homens heróicos, que lutam com poucas coisas a seu dispor e que estão tentando trazer para o Rio de Janeiro uma segurança maior, uma sensação de segurança, um local melhor para a gente viver, assim como o senhor tentou à sua época. Eu conheço a sua carreira na Polícia Federal e na Secretaria de Segurança, Dr. Itagiba. Então, existe o prosseguimento de um



pensamento único de melhoria do Rio de Janeiro, isso existe. Agora, a política anterior tinha outras prioridades, a política atual desviou para outras prioridades. E daí até há alguma coisa que eu discordo do Secretário. Hoje, a gente teve no jornal... ontem, uma reportagem sobre as delegacias legais. Esse é um projeto premiado pela ONU. Esse é um projeto maravilhoso, que não pode ser abandonado. Tem que ser repassado — e foi repassado — para a Polícia Civil, foi. Tem que ser da Polícia Civil, a delegacia é da Polícia Civil, mas você tem que dar condições, você tem que ter gente qualificada para gerir esse tipo de coisa. Muitas vezes a minha discussão, a minha briga, era de que nós somos policiais, nós não somos gestores, não somos administradores. Nós nos moldamos ao cargo de gestor. Você tem que ter um quadro técnico administrativo que saiba tocar isso. Você precisa ter um administrador com cargo em comissão bom, para que ele trabalhe você; um economista com cargo de comissão bom; para que ele trabalhe para você; porque o policial não foi talhado para ser economista, nem administrador, nem gestor de despesa. Então, ele tem que ter um quadro técnico bom. Essas eram algumas divergências que eu tinha dentro da Secretaria de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. deseja falar?
(Pausa.) Deputado Carlos Willian com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Dr. Márcio, quais os aparelhos de grampos telefônicos e de escutas ambientais que o senhor conhece?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, eu não posso te responder essa pergunta, porque eu conheço diversos. Eu conheço antiquados, eu conheço os novos. E, se eu abrir o meu *laptop* aqui, eu acho em algum *site* americano para o senhor diversos novos que eu não tenho conhecimento. Eu não sou um *expert* na área da técnica de informática quanto a grampos e escutas ambientais.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Bom, o senhor sabe que, como foi bem colocado aqui até pelo nosso Presidente, existia uma farra das escutas telefônicas, inclusive autorizações judiciais em processos de separação em causas cíveis estavam acontecendo e está relatado e transferido aqui. Ou seja, é público e notório que existe uma farra.

Existe também, da própria Polícia Federal, um apadrinhamento em determinados órgãos de imprensa, quando vão fazer determinada operação.



Inclusive, quando o senhor disse aí que sempre vai o senhor e três agentes, eu até gostaria de comentar: vai o senhor — não digo o senhor especialmente, mas nas operações importantes —, vai o delegado, três agentes e alguém da imprensa. E como este pessoal da imprensa passa pelo porteiro do prédio, passa pela segurança do prédio e chega junto com a pessoa para ser algemada? Obviamente a imprensa está acompanhando a Polícia Federal, porque, se ela fosse sozinha, ia ser paralisada naquele momento, para saber por onde estava indo. Ou a própria Polícia pode dizer: *“Olha, aqui vocês não podem entrar. Vocês não têm mandado de segurança.”* A própria Polícia deveria acompanhar juridicamente os efeitos legais. Olha, não tem mandado de segurança para que a imprensa entre aqui para fazer apreensão e buscar, de forma privilegiada, alguns canais de comunicação. Mas a imprensa é outro caso. É um braço direito da sociedade e é muito importante dentro da democracia, e nós não estamos fazendo essa crítica.

Agora, o senhor disse que são vários aparelhos. Nós temos a Lei nº 9.472, o art. 22, de 16 de julho de 1.997 — o senhor deve ter lido, mas não deve estar se lembrando, porque são muitas leis. Ela aprova, regulamenta e homologa a licença dos produtos de comunicação, ou seja, aparelho de escuta telefônica e aparelho de escuta ambiental têm que ser homologados pela ANATEL. O senhor tem conhecimento se os equipamentos comprados pela Polícia Federal estão homologados, catalogados e autorizados pela ANATEL?

O SR. MÁRCIO DERENNE - A Polícia Federal tem uma Divisão de Logística que é exatamente para compras e licitações. Provavelmente o Delegado Chefe, Diretor da Divisão de Logística, atentou-se para esse artigo e comprou. Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Está certo.

O senhor disse aí que é só abrir o *laptop*, que vai ver várias empresas vendendo todos esses equipamentos e nós temos a legislação já que proíbe esses equipamentos, tanto é que existe a lei que tem que ser regulamentada. Quais os procedimentos que a Polícia Federal está adotando, sendo que isso é uma legislação federal?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Excelência, hoje eu ocupo o cargo de Chefe da Delegacia de Crimes contra o Patrimônio e da Delegacia contra Armas, na



Superintendência do Rio de Janeiro. Eu não tenho conhecimento também, Excelência.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas os delegados se comunicam entre si, eles sabem o que estão fazendo. Isso seria uma resposta de que não estaria fazendo nada? O senhor tem relatório de que a Polícia está buscando esses arapongas, esses equipamentos? A Polícia está vigiando a fronteira, os equipamentos estão sendo comprados, estão licenciados, estão sendo fiscalizados?

O SR. MÁRCIO DERENNE - Não tenho conhecimento quanto a isso, Excelência.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois bem, Sr. Presidente... Muito obrigado. Esses questionamentos são só para chamar a atenção mais uma vez sobre o requerimento que eu fiz solicitando à ANATEL as informações sobre os equipamentos nacionais ou importados para escutas telefônicas. Quais os aparelhos comprados, por empresas públicas ou privadas, usadas para fazer os grampos telefônicos que estão devidamente registrados na ANATEL? Porque o meu entendimento é que qualquer Polícia, qualquer órgão público que estiver usando um aparelho para fazer escuta telefônica e que não estiver registrado na ANATEL está incorrendo em erro, está incorrendo inclusive em ilicitude, e não deveria estar. E até vou mais: eu acho que dá até nulidade a todos os processos onde houve as escutas telefônicas, que passariam ser ilegais. Então, eu peço a V.Exa....

Eu já consultei a nossa competente assessoria: a ANATEL tem um prazo de 10 dias para responder a esse requerimento, e já foi entregue na ANATEL no dia 5. Cinco com 10 dá dia 15. Hoje é dia 18. Já se passaram 3 dias. Portanto, V.Exa. poderia tentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Reiterar, vamos reiterar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ... reiterar o pedido, para que venha de forma mais rápida a resposta desse requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, não é nem réplica. Eu não ia pedir a V.Exa. réplica, mas o Deputado Carlos Willian levantou o mesmo assunto que eu levantei com relação ao vazamento. E o Dr. Derenne nos disse que



a imprensa... Diz o Deputado Carlos Willian que a equipe que sai é acompanhada da imprensa, ingressa, participa — não é isso? — diretamente da operação. Eu, quando fiz a pergunta, eu perguntei se a imprensa fica de plantão, e ele me disse: *"Normalmente deve ficar, porque ela acompanha"*. Quando a gente passa ali na Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal, não vê carro nenhum de televisão nem impressa nem nada, vazio. Se passar hoje lá, pode olhar que não tem ninguém. Quer dizer, nas operações existe, mas fora de operações não tem nada ali na frente.

Então a minha dúvida é se há, por parte da Polícia Federal, o aviso para que a imprensa acompanhe, como diz o Deputado Carlos Willian, se a imprensa faz parte integrante da comitiva ou dos delegados e agentes que vão executar uma operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão, se V.Exa. me permitir, o delegado Derenne já respondeu a esse questionamento, e ele pode falar sobre as operações das quais ele participou. Dos outros ele não tem conhecimento. Agora, não resta a menor dúvida — e V.Exa. tem toda a razão — de que esse tipo de informação parte, sim, de policiais mal-intencionados; parte, sim, de minimembros do Ministério Público mal-intencionados; parte, sim, de juízes mal-intencionados, que não são a maioria, mas acontece, haja vista que nós estamos com esta CPI instalada porque houve vazamento de conversas telefônicas interceptadas pelo aparato “judicial-policial-ministerial-publical”, vamos chamar assim, de Ministros da Suprema Corte. Um, de um homônimo, para criar a cizânia; o outro é de uma pessoa que se referia sem sequer conhecer o Ministro. Então, o que nós vemos é exatamente isso.

E eu acho que um dos caminhos que nós temos que seguir aqui é justamente este: criar uma pena...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Só para acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou dar a palavra a V.Exa. em um minuto. Devemos dar uma pena maior para os agentes públicos que vazam, porque a imprensa cumpre o seu papel de reportar, de trazer.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sim, mas a minha dúvida era exatamente essa. Então não podemos cercear a imprensa. É melhor pedir que a gente legalize que a imprensa deve acompanhar ou pode acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que, mais do que isso, eu acho que nós temos que acabar...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A imprensa fazendo o papel de ter que manter sigilo de quem deu a informação, de quem não deu. Vamos aqui legalizar o papel da imprensa, dizendo que ela deve acompanhar, para que nós conheçamos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O papel dela, eu acho que V.Exa. tem razão, mas ele já está legalizado. O que nós temos que criar aqui é o seguinte: acabar com esse segredo de justiça de coisas que não têm a ver com a intimidade da pessoa, porque quando é para “João do Morro”, o fato é público, a imprensa escracha — como diz o Deputado Wagner Montes, lá no Rio de Janeiro. Quando é o “João do Banco”, tudo é tratado com o maior sigilo pelo Poder Judiciário. Criou-se uma designação de segredo de justiça para tudo o que envolve os poderosos. Eu acho que essas questões têm que ser transparentes, o acesso tem que ser dado a todos.

Por isso é que eu quero quebrar aqui o sigilo, e tenho sentido resistência por parte desta CPI...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Tem o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... da questão dos dados encaminhados pelo Ministério da Defesa a esta Comissão, não dos senhores que aqui estão, mas de alguns Deputados que entendem que não devemos fazê-lo, porque, na verdade, ficam-se escondendo os fatos por trás de um pseudo-sigilo, que amanhã está publicado em todos os jornais.

Inclusive, nós não tivemos acesso aos dados constantes deste documento que nos foi encaminhado e um jornal do Rio de Janeiro já deu essa informação toda relacionando os equipamentos que estavam lá citados. Então, essas são as questões que a gente tem que enfrentar nesta Comissão.

Eu acho que delegado Derenne já deu a sua contribuição. Eu vou agradecer muito a presença dele aqui.



E eu não gostaria de encerrar sem antes lembrar que a roda não se inventa, a roda roda. E eu, como o Delegado Derenne talvez não estivesse no Rio de Janeiro à época ou não tenha tomado conhecimento do que se passou no passado, das chamadas megaoperações, que são uma inovação da atual gestão, eu lembraria a ele os conceitos das operações asfixia. Devem estar lá nos registros da Secretaria a operação chamada de Pressão Máxima e a operação chamada Inteligência, Massa e Força, que inclusive nos levou à mesma comunidade da Aporé, e sem nenhum morto. Nós fizemos a apreensão, talvez, do maior arsenal à época, com minas terrestres que ali estavam colocadas.

Então, as pessoas, muitas vezes — não V.Sa., mas outros —, pensam que estão reinventando a roda, mas a roda roda há muito tempo. O combate vem sendo feito e travado pelos valentes e bravos policiais da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Nós estamos ali exercendo uma função passageira e momentânea. Todos nós procuramos dar o melhor de nós, mas quem fica sempre com o ônus são as instituições policiais que estão ali no dia-a-dia, no combate a essa criminalidade.

Então o que eu digo é o seguinte: não se inventou a roda, não se começou o combate à criminalidade agora, não se fizeram megaoperações a partir deste momento. Aliás, eu diria que, se nós fôssemos comparar os dados de apreensão de drogas e de apreensão de armas principalmente, nós estamos muito aquém daquelas que se realizavam no passado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - E de corruptos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então eu acho que o caminho vem sendo feito por todos aqueles que por lá passam. Todos dão o melhor de si, todos contribuem, mas ninguém inventou a roda. Eu passei, o senhor passou, o Dr. Mariano irá passar e outros irão ocupar essas funções. E o que eu desejo a todos eles que vieram depois de mim é que façam mais e melhor, porque quem ganha com isso é a população do Estado onde eu nasci e fui criado, e onde os meus filhos vivem.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, deixe-me só fazer uma correção. O senhor me disse que daria a palavra em seguida.



Eu só queria fazer uma correção, porque V.Exa. disse que existe, sim, o vazamento da imprensa para a imprensa do Ministério Público, dos delegados, de todo o aparato policial e judiciário, etc. Eu gostaria só de ressaltar que dentro disso também...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu não sou contra, eu só acho que devemos legalizar isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu só acho que não pode privilegiar determinado órgão de imprensa em detrimento dos outros. E pelo contrário, além de tudo isso aí, que a imprensa chega na hora para poder documentar o fato, além de todos esses vazamentos, nós não podemos deixar também de ressaltar que existe a competência dos profissionais da imprensa que têm realmente o faro investigativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Carlos Willian.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se amanhã, dia 19 de novembro, às 14h30min, no Plenário 11 do Anexo II, para a tomada de depoimentos do Dr. Roberto Antonio Dassié Diana, Procurador da República do Estado de São Paulo, e Amaro Vieira Ferreira, Chefe da Divisão de Correições da Corregedoria da Polícia Federal; e para deliberação de requerimentos. Os requerimentos, hoje, não foram deliberados, haja vista o início da Ordem do Dia.

Agradeço muito a presença ao Dr. Derenne. Na condição de policial federal, e na condição de cidadão do Rio de Janeiro, agradeço a representatividade que ele deu à minha corporação no exercício da função de Subsecretário. E. na condição de morador do Rio, agradeço o trabalho que ele desenvolveu à frente da Secretaria de Segurança Pública.

E espero que as diferenças ideológicas apontadas por V.Exa. sejam, no futuro, corrigidas pelo Governador, que eu sei que lhe preza muito e lhe ouve muito. E, ao invés de atuar de uma forma que crie problemas, que atue de uma forma que solucione melhor os problemas.

Muito obrigado pela presença de V.Sa.

Está encerrada a reunião.